



**O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO RESPOSTA
TRANSFORMADORA
INTERVIR: DO PENSAR AO AGIR**

Relatório de Estágio

Ana Rita Costa da Fonseca

Trabalho realizado sob a orientação de
Professor Doutor Rui Duarte Santos (ESECS-IPLeiria)
Doutora Ana Filipa Soledade (Câmara Municipal de Leiria)

Leiria, 30 de setembro de 2023

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO POLITECNICO DE LEIRIA



IPL

**escola superior de educação
e ciências sociais**
instituto politécnico de leiria

**O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO RESPOSTA
TRANSFORMADORA**
INTERVIR: DO PENSAR AO AGIR

Relatório de Estágio

Ana Rita Costa da Fonseca

Trabalho realizado sob a orientação de
Professor Doutor Rui Duarte Santos (ESECS-IPLeiria)
Doutora Ana Filipa Soledade (Câmara Municipal de Leiria)

Leiria, 30 de setembro de 2023

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO POLITECNICO DE LEIRIA

*“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” - Antoine de Saint-Exupéry*

Agradecimentos

Neste espaço quero agradecer a todos os que contribuíram para que este meu objetivo fosse concretizado.

Aos meus pais, por me proporcionarem tantas aprendizagens e por sempre me darem asas para voar. A eles devo inúmeros valores que de mim hoje fazem parte, sendo a resiliência um dos que mais me caracterizam.

Aos meus tios, avó e prima, que sempre acreditaram em mim e me deram força para continuar ensinando-me sempre a ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador do relatório de projeto, Professor Rui Duarte Santos, por estar sempre disponível para esclarecer quaisquer dúvidas e por me dar sempre ferramentas para fazer mais e melhor.

À minha orientadora, da Divisão do Desenvolvimento Social e de Saúde, na Câmara Municipal de Leiria, Dra. Ana Filipa Soledade, por me mostrar a exigência do mundo do trabalho e por tão bem representar a equipa de Desenvolvimento Social e Saúde da Câmara Municipal de Leiria. Por me ter dado a oportunidade de conhecer tantas realidades sociais e por acreditar, incentivando-me dia a dia, a ser o melhor de mim.

Aos colegas de trabalho que tão bem sabem quem são, que me fizeram rir em momentos mais difíceis, por acreditarem nas minhas capacidades, por me ensinarem tanta coisa que irei levar para sempre comigo.

Ao meu namorado, por ter sido um apoio fundamental em todas as fases, por me incentivar e motivar, por estar incessantemente ao meu lado e me ensinar que o esforço será sempre recompensado, basta darmos o melhor de nós.

A todos o meu sincero agradecimento,

Seguimos juntos!

Resumo

O presente relatório representa o culminar do Estágio Curricular no âmbito do mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria.

Este estágio foi realizado na Câmara Municipal de Leiria, no âmbito da Divisão do Desenvolvimento Social e da Saúde e teve subjacente a definição de dez objetivos gerais que guiaram o percurso da mestranda, sendo estes: Integrar a instituição de acolhimento de estágio; Colaborar em projeto com vista à integração da comunidade cigana- Mediar para Incluir; Realizar acompanhamentos e monitorização; Colaborar no processo de integração de agregados deslocados da Ucrânia para a Casa de São Romão; Organizar espaços da DIDSS; Participar em cerimónias oficiais e protocolares; Colaborar em atividades de promoção do envelhecimento ativo; Colaborar em atividades na área da integração da pessoa com deficiência; Criar bases de dados de habitações para arrendamento e, por ultimo, coordenar um projeto de investigação científica no domínio da Mediação Social Comunitária na Educação para a Saúde- Estudo LiSa.

Nesse sentido, a fim de fundamentar os dez objetivos mencionados, foi conduzida uma análise teórica abrangendo as principais noções e conceitos que permeiam todo o período de estágio, as quais são abordadas de forma detalhada no primeiro capítulo do documento em questão. Em seguida, no segundo capítulo, é apresentada uma descrição da instituição onde decorreu o estágio, contendo informações relevantes sobre o seu contexto e funcionamento. No terceiro capítulo é representado o Projeto de Estágio, bem como as atividades desenvolvidas ao longo do estágio na CML. O quarto capítulo diz respeito à Avaliação, respetivamente, à autoavaliação e heteroavaliação.

Por fim, no quinto capítulo estão realizadas as Considerações Finais no que diz respeito ao Estágio bem como à intervenção no terreno e à componente teórica académica, que refletem as práticas do profissional da mediação intercultural e intervenção social.

Palavras-chave: Mediação Intercultural; Intervenção Social; Ação Social; Comunidade; Territórios Municipais.

Abstract

This report represents the culmination of the Curricular Internship within the scope of the master's degree in Intercultural Mediation and Social Intervention at the School of Education and Social Sciences of the Polytechnic of Leiria.

This internship was carried out at Leiria City Council, within the scope of the Social Development and Health Division, and was based on the definition of ten general objectives that guided the course of the master's student: Integrate the internship host institution; Collaborate in a project aimed at integrating the gypsy community - Mediate to Include; Carry out follow-ups and monitoring; Collaborate in the process of integrating households relocated from Ukraine to Casa de São Romão; Organize DIDSS spaces; Participate in official and protocol ceremonies; Collaborating in activities to promote active ageing; Collaborating in activities to integrate people with disabilities; Creating rental housing databases and, finally, coordinating a scientific research project in the field of Community Social Mediation in Health Education - LiSa Study.

In this sense, in order to support the ten objectives mentioned, a theoretical analysis was carried out covering the main notions and concepts that permeate the entire internship period, which are covered in detail in the first chapter of the document in question. Then, in the second chapter, a description is given of the institution where the internship took place, providing relevant information about its context and operation. The third chapter presents the Internship Project, as well as the activities carried out during the internship at CML. The fourth chapter deals with evaluation, respectively self-assessment and hetero assessment.

Finally, the fifth chapter contains the Final Considerations with regard to the Internship as well as the intervention in the field and the academic theoretical component, which reflect the practices of the mediator of intercultural mediation and social intervention.

Keywords: Intercultural Mediation; Social Intervention; Social Action; Community; Municipal Territories.

Índice geral

Índice de figuras	8
Índice de Anexos	8
Índice de apêndices	9
Lista de Abreviaturas	10
Lista de siglas	11
Lista de Símbolos	13
Introdução	14
Capítulo I	18
Enquadramento teórico	18
1. Inclusão Social	19
2. Mediação Intercultural	20
3. Mediação Comunitária	23
3. Intervenção social.....	25
4. O papel do Estado na Intervenção Social.....	27
Capítulo II	30
Caracterização da Instituição	30
Acolhedora de Estágio	30
1. Identificação da Instituição/Serviço	31
2. Inserção Geográfica	31
3. Missão, visão e objetivos da DIDSS	32
4. DIDSS- Divisão do Desenvolvimento Social e da Saúde	32
5. Organograma da CML	33
Capítulo III	34
Projeto de Estágio	34
1. Objetivos, descrição e análise das atividades de estágio	35
Objetivo 1: Integrar a instituição de acolhimento de estágio	36
Objetivo 2: Colaborar em projeto com vista à integração da comunidade cigana- Mediar para Incluir	38
Objetivo 3: Realizar acompanhamentos e monitorização	40
Objetivo 3.1: Visitas domiciliárias.....	40
3.2 Situações de despejo.....	41
3.3 Entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social.....	44

Objetivo 4: Colaborar no processo de integração de agregados deslocados da Ucrânia.....	47
Objetivo 4.1: Apoiar o encerramento da EAC (Estrutura de Acolhimento Coletivo).....	47
Objetivo 4.2: Colaborar no processo de acolhimento para a Casa de São Romão.....	47
Objetivo 5: Organizar espaços da DIDSS	49
Objetivo 5.1: Banco das Ajudas Técnicas.....	49
Objetivo 5.2: Dispensa Social	49
Objetivo 6: Participar em cerimónias oficiais e protocolares.....	51
Objetivo 6.1: Transferência de competências na área social com a presença da Secretaria de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes.....	51
Objetivo 6.2: Dia Internacional da Mulher	51
Objetivo 7: Colaborar em atividades de promoção do envelhecimento ativo.....	52
Objetivo 7.1: Colaborar na Feira de Leiria no espetáculo musical de Emanuel Moura em prol do envelhecimento ativo	52
Objetivo 7.2: Colaborar na atividade de Peddy Paper do projeto Viver Melhor	53
Objetivo 8: Colaborar em atividades na área da integração da pessoa com deficiência	54
Objetivo 8.1: Colaborar na atividade "Caminhar Sem Limites - já pensaste nisso?"	54
Objetivo 9: Criação de bases de dados de habitações para arrendamento	55
Objetivo 10: Cooordenar um projeto de investigação científica no domínio da Mediação Social Comunitária na Educação para a Saúde- Estudo LiSa	55
Capítulo IV	58
Avaliação.....	58
1. Autoavaliação.....	59
2. Heteroavaliação.....	60
2.1 Avaliação da Orientadora Local de Estágio	60
Capítulo V	62
Considerações finais.....	62
Capítulo VI	65
Referências Bibliográficas	65
Anexos	70
Apêndices	116

Índice de figuras

Figura 1: Apresentação do projeto Mediar para Incluir no Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus

Figura 2: Entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social

Figura 3: Casa de transição (São Romão)

Figura 4 e 5: Organização dos espaços do DIDSS

Figura 6: Discurso da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Paula Antunes

Figura 7: Celebração Dia Internacional da Mulher

Figura 8 e 9: Peddy Paper com o projeto Viver Melhor

Fotografia 10: “Caminhar sem Limites-já pensaste nisso?”

Fotografias 11 e 12: Projeto LiSa

Índice de Anexos

A: Organograma da Câmara Municipal de Leiria

B: Áreas de intervenção do PMIM

C: Objetivos do PMIM

D: Requisitos do programa Creche para Todos

E: Documentos necessários à candidatura ao programa Creche para Todos

F: Requisitos do Programa de Comparticipação de Arrendamento

H: Documentos necessários à candidatura ao Programa de Comparticipações em Medicamentos a Famílias Carenciadas do Concelho de Leiria

I: Requisitos de candidatura ao Programa FMES

J: Documentos necessários à candidatura ao programa FMES

L: Grelha de avaliação de competências transversais de estágio

M: Avaliação qualitativa da orientadora local de estágio

N: *Figura 2- Entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social*

O: *Figura 3- Casa de transição (São Romão)*

P: *Figura 7- Discurso da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Paula Antunes*

Q: *Figura 8- Celebração Dia Internacional da Mulher*

R: LISA- (Estudo de coorte da literacia em saúde no concelho de Leiria)

Objetivos do estudo

S: Amostra até ao momento do Estudo LiSa

Índice de apêndices

Apêndice A: Caracterização do projeto Por Todos

Apêndice B: Caracterização do projeto + Perto de Si

Apêndice C: Caracterização do projeto Viver Melhor

Apêndice D: Caracterização do projeto Táxi Social 65+

Apêndice E: Caracterização do projeto Rede de Emergência Alimentar

Apêndice F: Caracterização do projeto PMIM

Apêndice G: Caracterização do projeto Mediar para Incluir

Apêndice H: Caracterização do projeto Jogo Limpo

Apêndice I: Caracterização do projeto GAE

Apêndice J: Caracterização do projeto Estudo LiSa

Apêndice L: Caracterização do projeto Estratégia Local de Habitação

Apêndice M: Caracterização do projeto CLAIM

Apêndice N: Caracterização do projeto Balcão da Inclusão

Apêndice O: Caracterização do projeto Creche para Todos

Apêndice P: Caracterização do Programa de Participação ao Arrendamento do Município de Leiria

Apêndice Q: Caracterização do Programa de Participações em Medicamentos a Famílias Carentes do Concelho de Leiria

Apêndice R: Caracterização do Programa Fundo Municipal de Emergência Social

Apêndice S: Figura 1- Apresentação do projeto Mediar para Incluir no Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus

Apêndice T: Figura 4 e 5: Organização dos espaços do DIDSS

Apêndice U: Planificação da atividade

Apêndice V: Fotografias da atividade “Peddy paper”

Apêndice X: Fotografias da atividade “Caminhar sem Limites-já pensaste nisso?”

Apêndice Z: Fotografias do Projeto LiSa

Lista de Abreviaturas

Coords. – Coordenadores

Dr. – Doutor/Doutora

Lista de siglas

- ACM- Alto Comissariado para as Migrações
- CAPI- Computer Assisted Personal Interview
- CLAIM. - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CML- Câmara Municipal de Leiria
- CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- DIDSS- Divisão do Desenvolvimento Social e Saúde
- EAC- Estrutura de Acolhimento Coletivo
- ELH- Estratégia Local de Habitação
- ESECS- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
- EU- União Europeia
- FMES- Fundo Municipal de Emergência Social
- GAE- Gabinete de Apoio ao Emigrante
- GAS- Gabinete de Atendimento Social
- HADS- Hospital Anxiety and Depression Scale
- HLS- European Health Literacy Survey
- IAS- Indexante dos Apoios Sociais
- IBAN- International Bank Account Number
- IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INEM- Instituto Nacional de Emergência Médica
- IRS- Rendimento de Pessoas Singulares
- LiSa- Estudo Longitudinal da Literacia em Saúde
- NIF- Número de Identificação Fiscal
- NISS- Número de Identificação da Segurança Social

PMIM- Planos Municipais para a Integração de Imigrantes

POISE- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

RAL- Resolução Alternativa de Litígios

RSI- Rendimento social de inserção

SMAS- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento

Lista de Símbolos

& – e

% – Percentagem



Introdução

O presente Relatório representa a materialização do Estágio Curricular desenvolvido e enquadrado no âmbito do Plano de Estudos do segundo, e último, ano letivo do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, lecionado pela ESECS.

O Estágio Curricular insere-se numa vertente profissionalizante tendo tido início no mês de dezembro de 2022 e término no mês de junho do presente ano. Desde o início deste mestrado fui procurando entender de que forma a mediação intercultural e intervenção social se constitui como elo essencial no trabalho social desenvolvido pelos municípios e autarquias locais. Neste sentido, a possibilidade de realização deste estágio na Câmara Municipal de Leiria, especificamente, na Divisão do Desenvolvimento Social e Saúde (DIDSS), com a orientação local da Dra. Ana Filipa Soledade e em orientação científica com o Professor Doutor Rui Santos, foi sem dúvida um momento marcante no meu percurso profissional e pessoal.

Durante este período temporal a presença da mestranda na referida instituição ocorreu de segunda a sexta, entre as 09:00 e as 17:30.

A intervenção social nos municípios cinge-se às ações e estratégias implementadas pelas autoridades locais e organizações que, por sua vez, exploram diversos problemas sociais, promovem o desenvolvimento comunitário e visam melhorar a qualidade de vida dos residentes numa determinada área geográfica.

Segundo Fung (2003, citado por Ferreira, 2008, p. 109), as associações desempenham um papel fundamental na promoção da vida democrática. Além disso, as associações funcionam como espaços públicos onde as pessoas podem deliberar coletivamente sobre questões de interesse comum, envolvendo-se diretamente em questões relacionadas ao bem-estar social, que vão além do alcance da ação governamental, incentivando os cidadãos a participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas intervenções podem abranger um conjunto amplo de áreas e questões sociais, incluindo a educação, saúde, habitação, emprego, segurança, cultura, entre outras.

A mediação intercultural é, desta forma, essencial para promover a convivência harmoniosa em sociedades culturalmente diversas, prevenir conflitos, promover a inclusão e o respeito pelos direitos humanos, e valorizar os benefícios da diversidade cultural em diversas áreas da vida social, económica e política. A mesma desempenha um papel fundamental na construção de um mundo mais interconectado e intercultural.

De acordo com Putnam (1993, p. 90, citado por Albuquerque, 2008, p. 115), as associações têm impactos positivos tanto a nível interno quanto externo. No âmbito interno, institui-se aos membros comportamentos de cooperação, solidariedade e um espírito de envolvimento com quem os rodeia. No âmbito externo, uma rede ativa de associações contribui para uma colaboração social eficaz. É importante destacar que as associações mais bem-sucedidas geralmente surgem de iniciativas participativas em comunidades locais coesas.

O contexto social e histórico desempenha um papel significativo na eficácia dessas instituições nas sociedades modernas. Enquanto alguns argumentam que os grupos mais participativos em termos de associação tendem a ser aqueles que já possuem capital social, o que pode agravar desigualdades existentes, como indicam teorias de reprodução de desigualdades, como a análise de Bourdieu, Putnam argumenta que a existência de redes associativas promove a construção de confiança.

Essa confiança é estabelecida através da aceitação e observação de normas baseadas em valores compartilhados, o que resulta numa relação de reciprocidade entre os membros das associações. Tal conduz a um processo de inclusão e integração de indivíduos que anteriormente estavam excluídos desses círculos. Desta forma, surgem cada vez mais pessoas das redes sociais desses indivíduos que se envolvem, criando um efeito de participação crescente e contínua.

No que diz respeito à estrutura, o presente Relatório está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo denominado “Enquadramento Teórico”, são abordados temas como Inclusão Social, Mediação Comunitária, Mediação Intercultural, Intervenção Social e O papel do Estado na Intervenção Social. No segundo capítulo nomeado “Caraterização da Instituição Acolhedora de Estágio” é descrito sequencialmente a Instituição onde decorreu o Estágio sendo primeiro mencionado a Câmara Municipal de Leiria e, seguidamente, a Divisão do Desenvolvimento Social e Saúde. abrangendo: Identificação da Instituição, Inserção geográfica, Missão, Visão e Valores da DIDSS, DIDSS e organograma da Câmara Municipal de Leiria. O terceiro capítulo intitulado “Projeto de Estágio” descreve objetivos específicos e operacionais das realizadas durante os 7 meses. O quarto capítulo nomeado “Avaliação” compreende a autoavaliação, realizada pela estagiária, e a heteroavaliação por meio do preenchimento, pela orientada do local de estágio, de uma grelha de avaliação de competências transversais e uma avaliação de cariz

qualitativo. No quinto e último capítulo denominado “Considerações finais” é desenvolvida uma reflexão crítica do percurso realizado. O Relatório finda com a exposição de Anexos e Apêndices, demonstrando elementos fundamentais e enunciados ao longo do trabalho escrito.



Capítulo I

Enquadramento teórico

Neste primeiro capítulo, enquadramento teórico, pretendo abordar os principais conceitos, teorias e estudos relevantes do tema em questão.

Assim, serão abordados conceitos cruciais e transversais, numa lógica congruente, como o de inclusão social, mediação comunitária, mediação intercultural, intervenção social e o papel do estado na intervenção social, respetivamente.

1. Inclusão Social

De acordo com Scarcelli (2011, p. 30), inclusão “[...] refere-se ao ato ou efeito de incluir”. A inclusão significa, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora “abrançar, compreender ou integrar, inserir ou acrescentar.”

A inclusão social consiste num processo cujo objetivo é garantir um acesso igual e a participação na sua plenitude na sociedade a todos os indivíduos independentemente da sua orientação sexual, idade, etnia, género, religião, capacidades físicas ou mentais, condição económica ou qualquer outra característica.

Desta forma, representa um conceito que abrange diversas dimensões e que condiciona bastantes aspetos da vida quotidiana seja na educação, emprego, acesso a serviços básicos, participação política, respeito aos direitos humanos e oportunidades distintas.

A inclusão social pressupõe assim, a eliminação de todas e quaisquer barreiras ou desigualdades que levem a situação de exclusão certos grupos ou indivíduos perante a sociedade. Desta forma, a implementação de políticas públicas, leis, regulamentos que visem proteger os direitos de grupos e aposta na educação que combata o preconceito e a discriminação são medidas a adotar.

Vale ressaltar que é por meio desse processo de socialização que o indivíduo nasce e se desenvolve, tendo em conta as oportunidades que a sociedade lhe oferece.

Isso é construído porque “o indivíduo, ser biológico, se socializa, como aprende, desde pequenino e até no fim dos seus dias; como varia a conduta conforme as condições sociais, no sentir, no perceber, no reter, no inventar; como vêm a organizar a sua personalidade e a possuir a consciência pessoal; como age com outras pessoas; como vive

nas massas e multidões das quais venha a fazer parte e como vem a ser elemento da opinião pública”. (Stoetzel, 1972, p. 212).

Desta forma, abordar o conceito de inclusão social exige uma reflexão alargada sobre todas as características sociais e fundamentalmente sobre o que arrasta certas minorias para a exclusão social, impedindo-as de se desenvolverem “os factos sociais impõem-se ao indivíduo independentemente da sua vontade, sendo produzidos fora da capacidade individual de intervenção. Em suma, os factos sociais são resultantes das interações entre os indivíduos, resultando numa consciência coletiva social, que são impostos pela sociedade ao indivíduo, existindo XVI responsabilidades que são incumbidas à sociedade na inclusão dos seus cidadãos.” (“Divisão do Trabalho na Sociedade”, Durkheim, 1893). Esta citação postula a ideia de que os fatos sociais têm um impacto significativo sobre os indivíduos, independentemente de sua vontade.

A consciência coletiva social é referida como resultado dessas interações, o que significa que as normas, valores e crenças compartilhadas por um grupo de indivíduos têm impacto em cada membro desse grupo. Esses fatos sociais são impostos ao indivíduo pela sociedade, ou seja, o indivíduo é obrigado a se adequar a eles. A citação também aponta para a responsabilidade da sociedade em incluir os cidadãos. Isso significa que a sociedade tem a responsabilidade de garantir que todos os membros sejam incluídos de forma adequada e equitativa na sociedade e que tenham acesso às oportunidades, direitos e recursos necessários para participar plenamente da vida da sociedade.

Em suma, a inclusão social pode ser considerada como uma estrutura sistémica difícil de moldar pelas interações sociais, que por sua vez se constitui desafiadora de transformar, embora seja possível fazê-lo. Isso pode ser alcançado através da promoção de uma cidadania ativa, onde várias instituições com responsabilidades políticas, económicas e sociais trabalham juntas para implementar medidas sustentáveis e significativas que reconheçam plenamente o reconhecimento de cidadão, com todos os plenos direitos abandonando a “presunção etnocêntrica de que diferentes são os outros – e não que a «diferença somos nós» “(Stor & Magalhães, 2005).

2. Mediação Intercultural

A prática da mediação teve início em Portugal nos anos 90, por meio de iniciativas comunitárias que visavam integrar social e profissionalmente grupos desfavorecidos. Esses programas deram origem a organizações que promoviam a aproximação entre indivíduos e a sociedade, enfocando principalmente a formação profissional de jovens em situação de risco de exclusão (Vieira, 2011, p. 181).

A mediação intercultural distingue-se da mediação de conflitos. Esta última, porque procura resolver os mesmos, numa abordagem tradicional dos processos de Resolução Alternativa de Litígios (RAL), que estão ligados ao sistema jurídico e veem as diferenças como um problema a ser tratado e os conflitos como algo puramente violento. Essa abordagem leva a uma postura de distanciamento em relação aos conflitos. Por outro lado, a mediação intercultural é baseada na vontade das partes envolvidas e ocorre de forma informal e confidencial, sendo o seu objetivo encontrar uma solução benéfica para ambas as partes, reconhecendo que mesmo indivíduos são seres culturais que devem ser ouvidos e compreendidos. É importante salientar que as tensões e conflitos não são exclusivamente individuais, mas também o são.

O mediador desempenha o papel de facilitador nas relações, representado uma figura que incorpora as culturas das partes envolvidas, atuando de forma imparcial (Torremorell, 2008, p. 24), mas nunca neutra, tentando estabelecer um diálogo que aproxime as partes. A mediação intercultural tem como objetivo compreender o "Outro", valorizando as suas diferenças e explorando o potencial de aprendizagem e descoberta positiva que os conflitos podem proporcionar. Através desse diálogo intercultural, que une grupos culturalmente diversos, promove-se a troca de experiências e combate-se a exclusão social, que assumem uma dimensão coletiva. (Vieira & Vieira, 2016, p. 37).

A mediação intercultural firma-se num conjunto de teorias e abordagens que têm como objetivo facilitar a comunicação e resolver conflitos entre grupos culturais distintos. Essa abordagem teórica abrange diversas áreas de conhecimento, como a sociologia, psicologia social, antropologia e estudos culturais.

A mediação intercultural baseia-se, essencialmente, nos princípios da interculturalidade, que reconhecem a igual validade de todas as culturas bem como as suas contribuições únicas. Essa abordagem procura promover a igualdade de direitos, valorizar a diversidade cultural e combater a exclusão e a discriminação.

Todos estes princípios são aplicados na prática da mediação intercultural, na qual o mediador desempenha o papel de facilitador imparcial, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a compreensão mútua entre as partes envolvidas. O objetivo final é encontrar acordos e soluções que respeitem as diferenças culturais, promovendo uma convivência pacífica e visando a inclusão social.

De acordo com Torremorell (2008, p. 41), os processos de mediação têm passado por mudanças e têm-se adaptado devido às transformações nas configurações sociais, que têm redefinido hierarquias e baseando-se, cada vez mais, no conhecimento e na informação, enfatizando a necessidade de interações e comunicação presenciais. Para que essas relações se estabeleçam de maneira clara e eficaz, é essencial o nível de (in)formação dos participantes. A reinvenção dos processos de mediação implica uma prática ativa, pois promove o diálogo entre todas as partes envolvidas no processo, reconhecendo e aceitando diversas perspectivas, envolvendo o mediador e gerando informações compartilhadas que servem ao propósito transformador. É um processo plural, no qual as partes em conflito estão envolvidas e, com a presença do mediador como facilitador da comunicação, o conflito é renovado em seu potencial inovador de metamorfose.

Embora a neutralidade do mediador seja exigida num processo de mediação de conflitos, tentando alcançar uma posição equilibrada para que as partes envolvidas possam encontrar a resolução do conflito por si mesmas, é importante reconhecer que a neutralidade absoluta não existe. Galtung, (citado por Torremorell, 2008:23-24) afirma que "Nunca houve neutralidade, nunca há, e nunca existirá. Creio que a única maneira de ser neutro é estar morto".

Podemos então falar em imparcialidade, não tomando partido de nenhuma das partes envolvidas, ou até mesmo em multiparcialidade, apoiando todas as partes. De acordo com Vieira & Vieira (2017:47), essa característica do mediador “implica em atitudes independentes e empáticas (...) E se a empatia não é neutra, não existe neutralidade na mediação intercultural.”

Sempre com o objetivo de capacitar grupos e indivíduos, a mediação deve assumir um papel que conduz a transformação e humanização (Torremorell, 2008), promovendo a capacidade de compreensão, defendendo a diversidade e estimulando a participação democrática, ao incentivar a tomada de decisões autônomas. Frequentemente associada à gestão de conflitos, a mediação combina uma abordagem cultural com a aplicação de

técnicas, e com a presença de um "terceiro" - o mediador - que atua como facilitador, promovendo a construção de pontes. Segundo Torremorell (2008), essa estrutura ternária cria uma abertura, fazendo com que a dualidade entre as partes envolvidas se dissipe, e esse terceiro elemento se torna um ponto de referência comum.

3. Mediação Comunitária

A prática da mediação comunitária é proveniente da mediação intercultural e é aplicada em comunidades que partilham a mesma residência, como bairros, freguesia ou município. Na sua implementação, é crucial considerar: (...) a importância de alinhar as políticas sociais com a realidade territorial (Vieira & Vieira, 2017; Vieira & Araújo, 2018); a necessidade de estabelecer um diálogo entre diferentes organizações e instituições dentro do mesmo município, a fim de criar uma rede coesa de esforços e metas, inseridas num projeto abrangente que visa prevenir e resolver tensões e problemas sociais, bem como promover a intervenção social mediadora (Milagre & Rodrigues, 2017; Cunha, Alcobia & Alves, 2017; Vieira & Araújo, 2018).

O objetivo constitui que a mediação comunitária seja realizada de forma cada vez mais coordenada, baseada em práticas exemplares, envolvendo parceiros sociais de diversas áreas, a fim de formar equipas multidisciplinares capazes de oferecer respostas mais adequadas aos problemas sociais identificados numa comunidade específica. Dessa forma, a coesão social pode ser mantida e fortalecida.

A mediação consiste, assim, num instrumento de intervenção social que visa promover a coesão comunitária e a integração social que, por sua vez, deve ser adaptada aos vários tipos de conflito que ocorrem nos diferentes espaços de uma comunidade. O procedimento de mediação envolve vários componentes que estão associados à natureza cultural e técnica dos profissionais.

Conforme afirmado por Giménez (2010, p. 24), o foco principal da prática do mediador não reside no seu sentimento de pertencimento ou identidade cultural, mas sim nas suas habilidades profissionais, referências comunitárias e posicionamento local. Isso significa que o mediador não precisa necessariamente de pertencer à comunidade dos indivíduos com os quais faz mediação. No entanto, sempre que as diferenças étnico-culturais superarem suas habilidades linguísticas e interculturais, o mediador deverá trabalhar para

superar essa lacuna, procurando o auxílio de uma equipa multidisciplinar, adaptando estratégias, pesquisando e, se necessário, transferindo o trabalho para um colega mais familiarizado com a realidade em questão. É importante alargar que as competências para o diálogo intercultural não são inatas ao ser humano. “devem ser adquiridas, praticadas e alimentadas ao longo da vida. A educação para a cidadania democrática é essencial, tanto para o funcionamento de uma sociedade livre, tolerante, justa, aberta e inclusiva, quanto para a coesão social, a compreensão mútua, a solidariedade e o diálogo intercultural, e para a igualdade entre as mulheres e os homens” (Moreira, 2016, citado por Pires, 2020, p. 28).

Para cumprir a sua missão, o mediador comunitário deve possuir atributos específicos, agindo como um facilitador que valoriza a diversidade presente nas margens e reconhece o seu potencial de transformação. A mediação deve ser conduzida de maneira orgânica, evitando imposições e respeitando as vontades e sensibilidades em questão. Ao aproximar diferentes comunidades (ou membros dentro da mesma comunidade intercultural), é fundamental celebrar as diferenças e promover uma harmonia que não busque a homogeneização (Torremorell, 2008, p. 80).

A mediação comunitária incorpora aspetos de cidadania, onde o conflito não é compreendido como uma falha social dos membros da comunidade ou causado por comportamentos desviados de indivíduos, mas sim como uma expressão legítima dos interesses relacionados à busca da emancipação dos sujeitos. Quando abordado de forma mediadora, o conflito possui um potencial transformador significativo. É do interesse da comunidade acolher os resultados dessa transformação, visando a plena integração e cidadania. Portanto, a mediação comunitária e a mediação intercultural estão intrinsecamente ligadas de forma natural, sendo que “não é possível conceber a mediação comunitária sem a dimensão catalisadora da mediação intercultural” (Simões & Vieira, 2018, p. 55).”

Nas comunidades, é fundamental a responsabilidade dos municípios atuarem como mediadores entre a população, as instituições locais e o governo central devido à sua proximidade com todos esses intervenientes. Nesse contexto, não podemos considerar o papel do mediador como meramente "neutro", como mencionado anteriormente. Pelo contrário, o terceiro elemento deve adotar uma abordagem ativa, enquanto mantém uma imparcialidade, uma assertividade, uma postura crítica e uma justiça em relação ao seu papel na sociedade.

De um modo geral, existem diversos pontos-chave acerca da mediação comunitária, tais como: Participação da Comunidade; Resolução Colaborativa de Conflitos; Empoderamento Comunitário; Confidencialidade e Neutralidade; Variedade de Questões, Educação e Conscientização; Desenvolvimento de Habilidades de Comunicação; Redução de Custo e Tempo; Fortalecimento de Coesão Comunitária e, Prevenção de Conflitos Futuros.

A mediação comunitária é uma ferramenta valiosa para promover a paz e a resolução de conflitos a nível local, capacitando as comunidades a lidar com suas próprias questões de maneira construtiva e colaborativa.

3. Intervenção social

Conforme mencionado anteriormente, a mediação intercultural desempenha um papel fundamental na reconstrução dos laços e na criação de novas histórias de vida. O mediador adota uma postura de igualdade e escuta, reconhecendo a importância de todas as culturas e dando voz a todos os participantes, num ambiente seguro e confiável. Ao criar esse "terceiro lugar" de encontro (Vieira, 2013), o mediador realiza uma intervenção social, contribuindo para fortalecer e pacificar as conexões, destacando a função transformadora das relações entre pessoas e culturas (Matias & Vieira, 2018).

A intervenção social tem como objetivo promover mudanças e melhorias nas condições de vida de pessoas, grupos e comunidades que enfrentam situações de vulnerabilidade ou desvantagem social. Essa abordagem baseia-se em diferentes teorias e perspectivas como a sociologia, psicologia social, antropologia, economia social e política, entre outras.

A intervenção social baseia-se, em parte, nos princípios da justiça social e dos direitos humanos, que defendem a igualdade de oportunidades, o respeito à dignidade humana e a promoção de condições sociais mais justas e equitativas. Essa perspectiva visa identificar e combater as desigualdades estruturais e as formas de opressão que perpetuam a exclusão social.

Profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos sociais e educadores sociais, aplicam as teorias e abordagens anteriormente referidas na prática da

intervenção social, trabalhando em colaboração com as comunidades e grupos-alvo, tentando promover a participação ativa, o fortalecimento das redes de apoio, a mobilização social e a implementação de políticas e programas que visam à transformação social e à promoção do bem-estar coletivo.

A atuação do profissional de intervenção social e do assistente social é complexa, abrangente e envolve múltiplas disciplinas. É uma experiência constantemente renovada e enriquecida devido à singularidade do objeto de intervenção, que também é um sujeito ativo. O foco da intervenção social não é um objeto estático no qual se pode agir de forma unilateral, mas sim um ser humano dotado de estruturas e características individuais que o tornam sempre único em relação aos outros.

A soma das experiências vividas desde o nascimento, as influências diversas e as vivências pessoais têm um impacto significativo na construção da história de vida de cada indivíduo, que é sempre distinta, singular e multifacetada. De acordo com Robertis (2011, p. 53), "o sujeito-objeto da intervenção não é uma página em branco; sua ação é construída a partir de si mesmo como um ator que desenvolve estratégias, mobiliza recursos e possui uma história e representações da sociedade, do trabalho social e de seus direitos, inseridos em um determinado contexto". Essa é a relação descrita pela autora entre o profissional de intervenção social e o sujeito-objeto, onde o papel do mediador é utilizar de forma positiva as características únicas dos indivíduos na intervenção social, com o objetivo de promover uma mudança positiva em sua realidade.

A intervenção social envolve um trabalho colaborativo e em equipa, que une vontades, recursos e objetivos. Em certos momentos, diferentes papéis precisam de ser assumidos nesta equipa, como o papel de líder (aquele que capacita a equipa, impulsiona a mudança) e o papel de gestor (com uma abordagem mais objetiva e de administração). A mesma pessoa deve incorporar essas duas vertentes, integrando diferentes perspetivas culturais em sua profissão. A organização do trabalho em equipa é essencial para o funcionamento pragmático e comunicativo, valorizando a diversidade de sensibilidades e habilidades dentro da equipa. Como afirma Weber (2011, p. 231), "a diversidade e as diferenças enriquecem a reflexão e as práticas, contribuindo para o equilíbrio dinâmico de uma equipa e, no final, tendo um impacto positivo no que é produzido".

Cristina de Robertis (1992) é reconhecida por oferecer uma análise detalhada das diferentes fases do processo metodológico. A metodologia de intervenção em Serviço

Social preconizada por Cristina de Robertis (1992), obedece a sete fases que se encontram isoladas, mas simultaneamente em ligação: Identificação do problema; Análise da situação; Avaliação preliminar e operacional; Elaboração de um projeto de intervenção; Desenvolvimento do projeto de intervenção; Avaliação dos resultados e, por último, a Finalização da Ação/ Fim da Intervenção.

Essas etapas sintetizam o início, o desenvolvimento e a conclusão do processo de intervenção, permitindo ao Assistente Social conceber o seu trabalho como uma ação lógica e consistente, orientada para um objetivo específico.

No entanto, é importante destacar que a atuação do Assistente Social é fundamentada num Modelo de Intervenção (ou até mesmo em múltiplos modelos). Esse modelo não representa diretamente a realidade em si, mas, pelo contrário, cinge uma representação simplificada e esquemática da realidade. Portanto, podemos definir o modelo como um conjunto coeso de ideias relacionadas a teorias, sentimentos, atitudes e ações, destinado a orientar uma intervenção específica.

De acordo com esta autora, a “metodologia de ação estuda os métodos que necessita de utilizar, permite delimitar e estudar as formas de atuação do Assistente Social e também a forma de procedimento segundo uma determinada ordem e segundo certos princípios, ou seja, decidir qual o método que se deve aplicar face a determinada situação/problema.” (Robertis. 1992:66).

4. O papel do Estado na Intervenção Social

O papel do Estado na intervenção social é fundamentado segundo um conjunto de teorias e abordagens que visam promover a justiça social, o bem-estar e a proteção dos cidadãos. Essas teorias e abordagens variam de acordo com as diferentes correntes de pensamento político e económico, e influenciam diretamente as políticas e práticas de intervenção social adotadas pelo Estado.

Segundo Fung, (2003), citado por Ferreira, 2008, p. 109) as associações assumem uma enorme importância na promoção da participação cidadã, no fortalecimento dos vínculos sociais e na criação de espaços para a expressão de interesses e preocupações coletivas. Desta forma, representam mecanismos de participação e engajamento democrático já que

proporcionam oportunidades para os cidadãos se envolverem ativamente na tomada de decisões e na resolução de problemas comunitários.

O Estado assume a responsabilidade de prover políticas e programas sociais que atendam às necessidades básicas da população, como saúde, educação, moradia, segurança social, entre outros.

No âmbito prático, o papel do Estado na intervenção social é concretizado por meio da formulação e implementação de políticas sociais, programas de assistência e proteção social, regulamentações e legislações que visam promover a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o bem-estar da população. Essas ações podem envolver a redistribuição de recursos, a promoção da participação cidadã, a garantia de direitos sociais, a fiscalização e monitoramento das políticas implementadas, entre outros.

O papel do Estado na intervenção social é desempenhar um papel ativo e central na promoção do bem-estar, da justiça social e da proteção dos direitos dos cidadãos. O Estado assume a responsabilidade de desenvolver e implementar políticas sociais e programas que visam atender às necessidades básicas da população e promover a igualdade de oportunidades.

Entre as principais funções do Estado na intervenção social (Gomes Canotilho e Vital Moreira (1998), destacam-se:

Proteção Social: O Estado tem a responsabilidade de garantir a proteção social dos cidadãos, oferecendo benefícios e serviços que visam garantir condições mínimas de vida digna. Isso inclui programas de assistência social, seguro-desemprego, aposentadoria, saúde pública, entre outros.

Promoção da Igualdade: O Estado desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais. Isso envolve a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de oportunidades, combate à discriminação, inclusão de grupos marginalizados e acesso equitativo a serviços e recursos.

Regulação e Fiscalização: O Estado é responsável por regular e fiscalizar as relações sociais e económicas, garantindo que sejam justas e equitativas. Isso inclui a implementação de leis, regulamentos e políticas que protegem os direitos dos cidadãos, bem como a fiscalização de práticas abusivas ou ilegais.

Promoção do Desenvolvimento Social: O Estado tem o papel de promover o desenvolvimento social e económico, investindo em infraestruturas, educação, saúde, cultura e outras áreas que contribuam para o progresso e o bem-estar da sociedade como um todo.

Participação e Democracia: O Estado deve garantir a participação ativa dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas, por meio de mecanismos de participação democrática, como consultas públicas, conselhos de participação, entre outros. Isso promove a transparência, a responsabilidade e a inclusão na formulação e implementação de políticas sociais.

Desta forma, o papel do Estado na intervenção social é assegurar que todas as pessoas tenham acesso a condições de vida digna, direitos básicos e oportunidades para desenvolver seu potencial. Isso implica em implementar políticas sociais, garantir proteção social, promover a igualdade, regular as relações sociais e económicas, e envolver os cidadãos no processo de tomada de decisão.



Capítulo II

Caracterização da Instituição

Acolhedora de Estágio

1. Identificação da Instituição/Serviço ¹

O estágio curricular foi realizado na Instituição/Organismo Câmara Municipal de Leiria, no Serviço da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde.

A Câmara de Leiria representa um órgão executivo colegial do município, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo em vista o pleno desenvolvimento do Município promovendo e salvaguardando os interesses das populações e possuindo uma estrutura nuclear e flexível de serviços.

Apresenta-se em súmulas determinadas características da Instituição referida.

Nome: Câmara Municipal de Leiria

Endereço: Largo da República, 2414-006 Leiria

Telefone: 244 839 500

Número Verde: 800 202 791

Correio eletrónico: cmleiria@cm-leiria.pt

Web Site: www.cm-leiria.pt

Presidente: Sr. ° Presidente Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes

5. Inserção Geográfica

A entidade pública Câmara Municipal de Leiria situa-se em pleno centro da cidade de Leiria, sede de concelho e capital de Distrito. A localização da cidade de Leiria é um dos elementos que concorre para o seu crescimento e desenvolvimento, detendo a distância de 146 quilómetros de Lisboa e de 72 quilómetros de Coimbra.

¹ Todas as informações constam no site da Câmara Municipal de Leiria (cm-leiria.pt)

6. Missão, visão e objetivos da DIDSS

Missão: assegurar a minoração de situações de carência, com vista à promoção e salvaguarda dos interesses próprios dos munícipes, potenciando a intervenção social e promovendo a inclusão social dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade, em articulação com organizações públicas e privadas, quer através de programas e projetos, quer através de iniciativas de carácter pontual.

Visão: Fomentar Leiria como Município Inclusivo, reforçando a rede de recursos e equipamentos sociais com vista à minimização das situações de fragilidade socio económica, habitacional e de saúde dos Munícipes.

No âmbito do desenvolvimento social a atividade municipal norteia-se pelos seguintes objetivos:

- promover a informação e acessibilidade a programas e serviços, daqueles que se encontram em situação de desvantagem social, designadamente, idosos, pessoas com deficiência, crianças e jovens;
- dinamizar de forma estruturada e sistemática o voluntariado e a responsabilidade social como meios complementares para a inclusão social;
- cooperar com os organismos públicos no acolhimento de desempregados, contribuindo para a sua inserção profissional e desenvolvendo capacidades pessoais e sociais;
- contribuir para o desenvolvimento pessoal e familiar dos cidadãos/ãs que se encontram em situação de risco psicossocial.

7. DIDSS- Divisão do Desenvolvimento Social e da Saúde

A DIDSS assegura a receção, análise e encaminhamento de solicitações de munícipes na área social, certifica-se da programação e execução de projetos e atividades desenvolvidas neste âmbito como também na coordenação com outras instituições públicas e privadas.

O Gabinete de Atendimento Social (GAS), criado em fevereiro de 2010, pretende informar sobre todos os serviços e apoios de que o Município de Leiria disponibiliza.

Desta forma, encaminha, esclarece, atende e promove respostas a problemas dos Municípios em situação de vulnerabilidade social.

O Balcão da Inclusão, projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em parceria com a Câmara Municipal de Leiria, representa um serviço que informa sobre direitos, benefícios e recursos na área da deficiência e reabilitação.

O CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) é um serviço do Alto Comissariado para as Migrações em parceria com as autarquias e visa apoiar todo e qualquer processo de acolhimento e integração à população migrante, promovendo assim a interculturalidade a nível local.

A DIDSS dispõe ainda de diversos Programas de Apoio a Grupos Vulneráveis (Programa de Comparticipações em Medicamentos a Famílias Carenciadas do Concelho de Leiria; Programa de Comparticipação ao Arrendamento do Município de Leiria; Creche para Todos).

Atua também em diferentes áreas de intervenção, as quais:

- **Deficiência-** Hipoterapia; Arte e Terapia; Conselho Municipal para a Inclusão de Pessoas com Deficiência; Parque Infantil Inclusivo
- **Idosos-** Teleassistência; Banco de Ajudas Técnicas do Município de Leiria; Cartão Leiria Sénior; Academia Sénior
- **Infância e Juventude-** Programa Tesouro das Famílias; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);

Os Programas e Apoios com que trabalhei diretamente estão sintetizados em tabelas em apêndice.

8. Organograma da CML

O organograma encontra-se no anexo 1.



Capítulo III

Projeto de Estágio

Após a conclusão do enquadramento teórico e dada a caracterização da instituição onde o estágio foi realizado, torna-se fundamental, no terceiro capítulo do presente relatório, descrever o Projeto de Estágio que relevou ser fundamental, servindo de guia e, desta forma, orientando todo o percurso de estágio.

1. Objetivos, descrição e análise das atividades de estágio

Para que a edificação de um Projeto seja realizada da melhor forma é necessário estabelecer objetivos que resultem numa aprendizagem congruente. Desta forma, são apresentados 10 objetivos gerais, e específicos, norteadores do Estágio Curricular:

Objetivo 1: Integrar a instituição de acolhimento de estágio

Objetivo 2: Colaborar em projeto com vista à integração da comunidade cigana- Mediar para Incluir

Objetivo 3: Realizar acompanhamentos e monitorização

Objetivo 3.1: Visitas domiciliárias

Objetivo 3.2: Situações de despejo

Objetivo 3.3: Entregar cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social

Objetivo 4: Colaborar no processo de integração de agregados deslocados da Ucrânia

Objetivo 4.1: Apoiar o encerramento da EAC (Estrutura de Acolhimento Coletivo)

Objetivo 4.2: Colaborar no processo de acolhimento para a Casa de São Romão

Objetivo 5: Organizar espaços da DIDSS

Objetivo 5.1: Banco das Ajudas Técnicas

Objetivo 5.2: Dispensa Social

Objetivo 6: Participar em cerimónias oficiais e protocolares

Objetivo 6.1: Transferência de competências na área social com a presença da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes

Objetivo 6.2: Dia Internacional da Mulher

Objetivo 7: Colaborar em atividades de promoção do envelhecimento ativo

Objetivo 7.1: Colaborar na Feira de Leiria no espetáculo musical de Emanuel Moura em prol do envelhecimento ativo

Objetivo 7.2: Colaborar na atividade de Peddy Paper do projeto Viver Melhor

Objetivo 8: Colaborar em atividades na área da integração da pessoa com deficiência

Objetivo 8.1: Colaborar na atividade "Caminhar Sem Limites - já pensaste nisso?"

Objetivo 9: Criação de bases de dados de habitações para arrendamento

Objetivo 10: Cooordenar um projeto de investigação científica no domínio da Mediação Social Comunitária na Educação para a Saúde- Estudo LiSa

Objetivo 1: Integrar a instituição de acolhimento de estágio

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Conhecer a missão, visão e valores da instituição	Participar ativamente em reuniões de equipa
Estabelecer relacionamentos profissionais	Cumprir os prazos de tarefas atribuídas
Compreender a estrutura organizacional	Solicitar feedback regularmente
Dominar as políticas e procedimentos	Procurar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento

Descrição das atividades desenvolvidas:

a) Pesquisa e leitura

Realizaram-se pesquisas sobre a organização, história, missão, visão, valores e principais projetos e programas da DIDSS. Desta forma, foram lidos documentos institucionais, relatórios e políticas internas para que se conseguisse compreender profundamente o funcionamento da organização.

b) Visita pela instituição

Realizou-se uma visita pela instituição de forma a observar diferentes departamentos e áreas de trabalho para que a mestranda se familiarizasse com o ambiente físico conhecendo diversas equipas e as suas funções específicas.

c) Envolvimento em projetos

Em conjunto com a orientadora a mestranda estudou diversos projetos e iniciativas em vigor na DIDSS e foram definidas tarefas para que a mestranda pudesse observar e colaborar de forma a desenvolver uma visão prática do trabalho e a adquirir experiência.

d) Acompanhamento com o supervisor de estágio

Foram agendadas reuniões com o supervisor de estágio com vista a discutir responsabilidades, expectativas de desempenho, objetivos e esclarecer quaisquer dúvidas que a mestranda pudesse ter e, assim, receber feedback e orientação sobre o trabalho já desenvolvido e por desenvolver.

e) Participação em reuniões

A mestranda esteve presente em reuniões da organização para que se integrasse e contribuísse em discussões e decisões relevantes.

f) Análise de documentos

Leram-se relatórios, planos de trabalho, documentos estratégicos tais como outros documentos relevantes para que a mestranda entendesse melhor o contexto e os objetivos da DIDSS.

Análise das atividades descritas:

A observação foi a componente mais importante em todo o decorrer do estágio, mas, sobretudo, na primeira fase em que a mestranda conhecia todo o contexto institucional e se adaptava à realidade onde estava inserida.

Ao realizar essas investigações de campo, foram gerados registros adicionais que continham informações relacionadas a experiências do dia a dia. Esses registros tornaram-se recursos fundamentais para estimular reflexões e proporcionando a criação de novas hipóteses e questões, como enfatizado por Tura (2003, p. 188).

A observação participante constituiu, igualmente, um dos pilares do estágio da mestranda na medida em que envolve a “imersão completa do pesquisador no ambiente cultural dos atores sociais, com interações diretas, frequentes e de longa duração. O próprio pesquisador atua como uma ferramenta essencial na coleta de dados sendo crucial eliminar qualquer distorção subjetiva para obter uma compreensão precisa dos eventos e das interações entre os sujeitos no contexto de observação. Portanto, é altamente recomendável que o pesquisador tenha treinamento sólido em suas habilidades e competências para aplicar essa técnica com eficácia.” (Correia, 1999, p. 31).

Objetivo 2: Colaborar em projeto com vista à integração da comunidade cigana-Mediar para Incluir

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Apresentação do projeto nas escolas	Participar ativamente na elaboração da história
Praticar uma observação participativa	Cumprir os prazos de tarefas atribuídas
Compreender o objetivo do projeto	Solicitar feedback regularmente

Descrição das atividades desenvolvidas:

a) Compreender o objetivo do projeto

O projeto Mediar para Incluir teve início, em Leiria, no ano 2021 sendo uma proposta apresentada pelo ACM e financiado pelo POISE com o objetivo de trabalhar temáticas de

mediação intercultural nas mais diversas áreas- Educação, Saúde, Segurança, Emprego, Desporto e Lazer, entre outras em conjunto com os mais diversos parceiros. ²

Este é um projeto inserido no Diagnóstico Social como estratégias municipais para a mediação intercultural com a mediação cigana contando com o apoio de mediadora da comunidade e com a participação ativa dos parceiros e da comunidade local.

b) Apresentação do projeto ao Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus

A mestranda participou, conjuntamente com uma técnica superior da Câmara e com a mediadora de pares, na apresentação do projeto às turmas de 1º e 3º anos da Escola Dr. Correia Mateus³. Nesta sessão foi pedido às crianças que criassem uma história, tentando que o tema da interculturalidade fosse abordado.

c) Redação da história com a mediadora de pares

A mestranda, em conjunto com a mediadora de pares, redigiu a história final⁴ com base em todas as ideias que as crianças tiveram e foram compondo.

Análise das atividades descritas:

O mediador desempenha o papel de um facilitador ativo que auxilia as partes envolvidas a se comunicarem de forma eficaz e a descobrirem as soluções mais adequadas para os seus dilemas. Desta forma, é um profissional que acredita no potencial de transformação de cada um (Oliveira, et al., 2009).

Desta forma, a presença do mediador desempenha um papel crucial na superação de tensões e na conexão de duas comunidades que têm dificuldade em se entender. O mediador facilita a aceitação das diferenças, promovendo uma compreensão mais profunda do que é variado e desconhecido.

A participação da mestranda no projeto “Mediar para Incluir” e o papel do mediador com a comunidade cigana é fundamental para a promoção da integração da comunidade em domínios como a educação, a habitação, a saúde e o trabalho, ou outros, sendo recomendado pela UE a necessidade de se formarem mediadores para trabalharem com a comunidade cigana (Pascoal, et al., 2008; Castro et al., 2010 a.)

Segundo os escritores Cohen e Emerique (1997), a mediação intercultural apresenta três características distintas. Primeiramente, desempenha um papel preventivo, concentrando-se na facilitação da aproximação, comunicação e compreensão entre indivíduos, grupos

² Consultar apêndice G

³ Consultar apêndice R

⁴ Consultar apêndice Q

e comunidades que possuem diferentes códigos culturais. Em segundo lugar, atua de forma reabilitadora, intervindo na regulação e resolução de tensões e conflitos interculturais. Por fim, assume uma função transformadora, contribuindo para a aceitação da diversidade e promovendo a mudança social. Isso envolve a superação de normas, costumes e perspectivas culturais específicas em situações de convivência multicultural, com o objetivo de estabelecer novas normas e formas compartilhadas de relacionamento, criando assim espaços de aprendizado e convivência (Vieira & Vieira, 2017:53).

Essa perspectiva também é defendida por Torremorel (2008), que enfatiza que a mediação intercultural não apenas previne conflitos, mas também desempenha um papel crucial na transformação da sociedade e na construção de espaços de convivência (Vieira & Vieira, 2016:65)

Em suma, é fundamental o trabalho dos mediadores para que atuem como facilitadores na construção de pontes, enquanto desempenham o papel de educadores sobre direitos e responsabilidades. Para desempenhar essa função, é imperativo que esses mediadores possuam uma formação especializada, demonstrem maturidade, apresentem um perfil humano apropriado, compreendam os códigos culturais e sejam proficientes em lidar com a diversidade (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2008).

Objetivo 3: Realizar acompanhamentos e monitorização

Objetivo 3.1: Visitas domiciliares

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Avaliação da situação socioeconómica	Recolher informações sobre a família
Avaliação do ambiente familiar	Observar o ambiente e as condições em que a família se encontra
Estabelecimento de metas e planos de ação	Identificar as necessidades da família
Orientação e suporte	

Encaminhamento para serviços e recursos	
---	--

A mestranda realizou visitas domiciliares com diferentes técnicas superiores da DIDSS.

Desta forma:

- Avaliou diferentes situações- observou condições de vida distintas, dinâmicas e diferentes recursos
- Recolheu informações- recolheu informações demográficas, histórico familiar, informações socioeconómicas, entre outros aspetos para se entendesse melhor as circunstâncias e necessidades da família
- Apoio emocional e escuta ativa- é estabelecida uma relação de confiança ouvindo preocupações, experiências e sentimentos para que se consiga orientar a família de acordo com os desafios emocionais e sociais que enfrentam.

3.2 Situações de despejo

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Avaliar a situação	Realizar análises detalhadas
Prestar apoio emocional	Realizar encaminhamento para serviços de apoio adicionais
Identificar recursos habitacionais alternativos	Documentar todas as intervenções e atividades realizadas
Estabelecer um plano de ação	Avaliar regularmente o processo e eficácia das intervenções realizadas
Facilitar a comunicação e a negociação	
Acompanhar o processo de realocação	

Situações vividas

- I. Foi realizada uma primeira visita domiciliar com o objetivo de informar o executado da data da realização da tomada de posse coerciva da habitação onde reside e compreender as condições socioeconómicas e habitacionais do agregado familiar em questão.

O executado informou-nos, nessa visita, que residia na habitação há mais de uma década, mas que, nos últimos dois anos, esteve na sua terra natal, só tendo regressado, com a sua companheira, pelo agravamento da sua condição de saúde. O agregado não possuía qualquer rendimento próprio e alegaram que viviam com ajuda monetária de amigos. Desta forma, foram encaminhados para o CLAIM e encaminhados para o RSI, tendo este sido deferido.

No dia anterior ao despejo, a assistente social contactou o executado a fim de perceber se já tinha retirado os seus pertences da casa pelo que lhe disse que já tinha retirado tudo exceto os moveis, por não ter transporte nem os conseguir tirar sozinho tendo sido, felizmente, encontrada uma solução. A assistente social contactou um responsável da União de Freguesias em questão que se deslocou ao local e, com a colaboração de ajuntes, procederam ao transporte dos pertences em falta.

A ação de despejo foi realizada sem sobressaltos, tendo a habitação sido entregue de livre vontade.

O executado tinha uma dívida para com o SMAS, pelo que lhe era impossibilitada a celebração de um novo contrato para a sua nova habitação. Desta forma, contactou-se a Cáritas e, após ficha de sinalização, conseguiu-se apoio para a primeira prestação.

Felizmente correu tudo bem e a família está encaminhada com a sua nova habitação.

II. Foi realizada uma visita domiciliar onde se falou com o executado, apenas à entrada do prédio, já que não facilitou a entrada. Este afirmou já ter conhecimento da ação de despejo, mas não ter para onde ir dados os preços praticados atualmente.

Afirmou estar desempregado, inscrito no IEF, sem direito a subsídio de desemprego dado que a sua antiga profissão foi de sócio-gerente. Tem um filho, porém sem qualquer tipo de contacto com o mesmo e afirmou não ter qualquer suporte familiar em Leiria e viver de dinheiro que pede emprestado a familiares. Esclareceu ainda que vivia sem água, luz e gás uma vez todos os serviços foram cortados por falta de pagamento.

O apartamento onde residia foi vendido em leilão e, no dia do despejo, caso não retire os seus bens de dentro do mesmo, estes serão dados como abandonados. O executado iria receber o remanescente da venda do imóvel porém o dinheiro seria utilizado para pagar todas as suas dívidas e, como receberia este valor, continuava a não ter direito a nenhum apoio social por não reunir critérios para auferir qualquer prestação social.

Foi aconselhado ao executado priorizar a procura de um lugar para morar, salvaguardando todos os seus bens e, posteriormente, liquidar as suas dívidas, igualmente para com os familiares, ao que discordou.

Mais foi informado de que, se no dia do despejo não tivesse um local para ficar, a Segurança Social tentaria providenciar alojamento temporário num Centro de Alojamento de Emergência Social (onde houvesse vaga) pelo que aceitou essa hipótese recusando-se a sair da habitação e que se, no dia da ação de despejo, não arranjassem solução ficaria a dormir na rua pois já tinha dado tudo com perdido. Foi pedido algum contacto familiar para que se fizesse um trabalho de mediação e recusou facultar qualquer dado.

Quando chegámos ao local, no dia do despejo, já se encontravam 3 agentes da PSP, o agente de execução, o novo proprietário acompanhado do seu advogado e o serralheiro.

Tentou-se entrar em casa pela vontade voluntária do executado, batendo várias vezes e ligando para o seu telemóvel, mas sem resposta. Após autorização da PSP, a porta foi arrombada.

Após a entrada o executado foi encontrado caído, sem reação, a tremer, com ferimentos visíveis e a sangrar tendo sido chamado o INEM.

Enquanto se aguarda a chegada do INEM a polícia verifica em cima da mesa da sala a carta dirigida ao filho, com o qual não tinha qualquer contacto, com o número de telemóvel do mesmo e dinheiro.

Entretanto o executado é transportado para o hospital e, após esse momento, o filho foi então contactado e dirigiu-se ao local, com o seu padrasto. Foi-lhe então entregue tudo o que o executado lhe deixou e foi confirmada a inexistência de contacto entre o pai e filho tais como outros problemas familiares.

O padrasto afirmou não quererem nada do que o executado lhes deixara, não se querendo responsabilizar, e iriam informar os pais do executado sobre o que sucedera, contra a vontade do próprio.

Com o mesmo hospitalizado e sem família a apoiar o processo de despejo, pediu-se ao novo proprietário que deixasse retirar os pertences do executado, pelo que aceitou desde que tal fosse no imediato. Deste modo, contactou-se a chefe da DIDSS que autorizou a utilização de um espaço específico para guardar os pertences, transportados por colaboradores da União de Freguesias.

Acompanhámos então o estado de saúde do executado e conseguimos que fosse viver com familiares e que estes o acolhessem.

3.3 Entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Identificar e seleccionar pessoas em situação de vulnerabilidade social	Organizar a logística da distribuição
Recolher alimentos e recursos necessários ao cabaz	Estabelecer contacto com outras instituições e/ou organizações

No dia 21 de dezembro, quarta-feira, a cidade de Leiria realizou a distribuição de aproximadamente 1600 cabazes de Natal para famílias em situação de vulnerabilidade social.

A vereadora do Desenvolvimento Social, Ana Valentim, encarregou-se pessoalmente de colaborar na entrega desses cabazes⁵. As Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do município, em conjunto com outras entidades parceiras da Rede Social, trabalharam em estreita colaboração com vista a identificar as famílias mais vulneráveis e garantir que receberiam este apoio.

Análise das atividades descritas:

A ampliação da aplicação da mediação para novos domínios da vida social, como são exemplo a esfera educacional, comunitária, laboral, de consumo e outros, é influenciada por fatores tanto de natureza estrutural quanto intrínseca à própria mediação. Isso deve-se à sua eficácia como um método rápido e eficiente, particularmente vantajoso na resolução de conflitos (Cunha, 2004; Cunha & Lopes, 2002; Cunha et al, 2009; Serrano, 2003).

No contexto das visitas domiciliárias, na perspetiva da estudante, essas atividades de acompanhamento revelam-se como uma ferramenta essencial para a atuação do Mediador de Intervenção Social. Durante essas visitas, o principal objetivo é recolher informações fundamentais sobre o funcionamento da instituição. Um dos elementos cruciais para que o técnico desempenhe bem a sua função é a prática da escuta ativa, conforme enfatizado por Machado & Matos (2011, p.33-34). A escuta ativa não apenas incentiva as pessoas a que se expressem livremente, como também assegura aos comunicadores que estão a ser compreendidos, promovendo, assim, uma atmosfera de comunicação aberta e sem julgamentos.

Além disso, para enriquecer a elaboração do relatório de acompanhamento técnico, é fundamental que o técnico vá além da documentação da instituição e compreenda, na íntegra, o ambiente real da mesma o que, desta forma, proporciona uma compreensão mais completa de seu funcionamento.

Outra atividade crucial é a criação de relatórios após a visita de acompanhamento técnico. Esses relatórios têm como objetivo principal desvendar o processo de preenchimento dos itens e a elaboração do relatório como um todo. Estes abrangem uma ampla rede de informações, incluindo caracterização, identificação, funcionamento, acordo de

⁵ Consultar anexo N

cooperação, controle de frequências, participações familiares, parcerias, serviços prestados, plano individual do utente, plano de atividades, contrato de prestação de serviços, reclamações, regulamento interno, recursos humanos, edificado e instalações, bem como uma apreciação geral, entre outros aspetos relacionados às várias respostas sociais.

A importância de manter registos durante o processo de acompanhamento é de grande relevância. Essa prática auxilia o técnico na reflexão e avaliação subsequente. Conforme destacado por Silva (2001), o ato de escrever obriga a pensar cuidadosamente sobre o que se deseja comunicar e ajuda a esclarecer aspetos que podem ter sido negligenciados durante a ação. Escrever proporciona uma oportunidade para revisitar e compreender melhor a comunicação. “(...) escrever obriga a pensar no que queremos dizer, ou seja, no que pensamos e a que queremos dar forma; ao escrever temos de nos deter a pensar nas palavras que usamos. Muitas vezes acontece também que é ao escrever que nos apercebemos de alguns aspetos da comunicação aos quais, no momento em que se passaram, demos pouca atenção. (Silva, 2001, p.171)

Em resumo, para compilar um relatório de acompanhamento que abranja todos os itens mencionados anteriormente, é fundamental reconhecer a importância do diagnóstico. Ander-egg & Idáñez (2007) enfatizam que a necessidade de realizar um diagnóstico está fundamentada na premissa de que o conhecimento é essencial para a ação eficaz. Por outras palavras, é necessário compreender para agir com eficácia. Isso garante maior eficiência em todo o processo de programação e execução do relatório de acompanhamento técnico “A necessidade de realizar um diagnóstico (e a investigação que lhe serve de apoio), está baseada no princípio de que é necessário conhecer para agir com eficácia. Dito de forma breve e utilizando a conhecida frase de Augusto Comnte (que aplicava à sociologia), diremos que é um conhecer para atuar.” (p.16)

De acordo com a perspectiva de Torremorel (2008:85; Vieira & Vieira, 2016:67), a mediação intercultural pode ser compreendida como uma abordagem que procura colaborar com o outro, em vez de antagonizá-lo, visando encontrar soluções pacíficas para resolver conflitos num ambiente que promove o crescimento, a aceitação, a aprendizagem e o respeito mútuo. Além disso, a mediação procura também promover a igualdade e um compromisso fundamentado, ultrapassando a violência e a exclusão e, desta forma, encaixa num movimento mais amplo que personaliza a coesão social.

Assim, a visão de Torremorel expede que a mediação intercultural é uma abordagem que valoriza a colaboração, a paz e o entendimento mútuo como formas de lidar com conflitos, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e coesa, onde a violência e a exclusão são superadas.

Em suma, as visitas domiciliárias, as situações de despejo e a entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social foram atividades que contribuíram para a capacidade de observação e mediação da mestranda, uma vez que lhe proporcionaram situações mais e menos delicadas, promovendo a reflexão e a capacidade de adotar um olhar mediador.

Objetivo 4: Colaborar no processo de integração de agregados deslocados da Ucrânia

Objetivo 4.1: Apoiar o encerramento da EAC (Estrutura de Acolhimento Coletivo)

Objetivo 4.2: Colaborar no processo de acolhimento para a Casa de São Romão

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Garantir um planeamento adequado	Fornecer suporte individualizado
Identificar alternativas de moradia	Coordenar serviços sociais e organizações parceiras
Facilitar a integração na comunidade	Avaliar e monitorizar o progresso
Fornecer informações e orientações	

A mestranda acompanhou a integração de 15 pessoas, 4 agregados familiares, deslocadas da Ucrânia que se encontravam alojadas no EAC- Estatuto de Acolhimento Coletivo, no Estádio Dr. Magalhães Pessoa (Leiria) e que, por motivos de encerramento da estrutura, foram alojados numa Casa em São Romão⁶, representado uma estrutura de transição,

⁶ Consultar anexo O

apoiadas pela Câmara Municipal de Leiria. Foi com a equipa à Cáritas seleccionar materiais/produtos para que se conseguisse deixar a casa o mais confortável possível. A mestranda demonstrou um enorme gosto em acompanhar todo este processo pois esteve bastante presente e conseguir ver aquelas pessoas felizes por, finalmente, ter uma resposta afirma “encheu-me o coração.” A mestranda colaborou na elaboração de uma tabela relativa ao inventario da Casa de São Romão. Ficou também responsável por realizar fichas relativas às visitas domiciliarias, tabelas com vista à organização de tarefas e fichas de acompanhamento às famílias em questão.

Análise das atividades descritas:

No atual cenário de resposta humanitária ao conflito armado na Ucrânia, tornou-se fundamental fornecer, enquanto mediadora, informações e recursos úteis para cidadãos ucranianos e para os familiares de outras nacionalidades que desejam residir em Portugal devido a razões humanitárias e de conflito armado.

A mestranda proveu assistência aos cidadãos deslocados da Ucrânia que já estavam em Portugal, bem como à comunidade em geral, com o objetivo de apoiar o processo de acolhimento e integração de todos os agregados.

“A metodologia utilizada consiste em perguntar, compreender e dialogar com interlocutor, tentando enriquecer ao máximo o seu ponto de vista sobre a exposição. Nunca parte de narrativas prontas, de aulas preparadas e discursos prontos. Cada conversa parte de um lugar diferente e segue seu próprio caminho, conduzido pelo próprio visitante” – Leonardo Brant.

A mestranda procurou, essencialmente, aplicar a mediação intercultural, aproximando o publico da instituição, tentando dar respostas tendo sempre em vista a compreensão para com o outro.

Desta forma, privilegiou-se o diálogo intercultural, fundamentado na ideia de mútuo apreço, que ocorre quando há uma relação recíproca de respeito entre dois ou mais indivíduos. No contexto dos cuidados multiculturais, demonstrar respeito pela pessoa serve como um princípio equitativo, atuando como um fator de equilíbrio (Durieux-Paillard, 2011) na conduta ética de diferentes profissionais. Isso implica reconhecer o individuo com direitos inalienáveis, preservando sua dignidade e promovendo sua autonomia e bem-estar, como esclarece “promover o diálogo intercultural através da

facilitação, compreensão e respeito mútuo, colaborar na prevenção e resolução de referendos etnoculturais”.

A mediação intercultural concentra-se, de forma mais específica, em intervir em cenários sociais marcados pela diversidade cultural (ACM, 2016). O seu objetivo primordial é promover o entendimento e

a harmonia entre diferentes comunidades e culturas, ao mesmo tempo em que valoriza e celebra as diferenças e o lugar de cada indivíduo na sociedade. Em vez de reprimir as identidades culturais, a mediação intercultural procura fortalecê-las, incentivando formas positivas de expressão.

Pessoas refugiadas muitas vezes enfrentam o que podemos chamar de "exclusão social grave" (Ararteko, 2006). Isso significa que essas pessoas, em primeiro lugar, frequentemente enfrentam dificuldades devido à falta de recursos para sobreviverem de forma autônoma, o que as coloca em maior risco de se envolverem em atividades marginais e ilegais para obter rendimentos. Além disso, enfrentam a ausência de laços afetivos e familiares, o que leva ao desenraizamento e à falta de uma rede de apoio ou referência, o que as coloca ainda mais à margem das normas sociais estabelecidas.

Em suma, a mediação intercultural procura promover a compreensão e a aceitação das diferenças culturais, enquanto as pessoas refugiadas muitas vezes enfrentam situações de extrema vulnerabilidade devido à escassez de recursos e à falta de laços sociais sólidos.

Objetivo 5: Organizar espaços da DIDSS

Objetivo 5.1: Banco das Ajudas Técnicas

Objetivo 5.2: Dispensa Social

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Maximizar os espaços disponíveis	Classificar e categorizar os itens

Melhorar a funcionalidade	Designar áreas específicas
Facilitar a identificação e acesso a recursos	Utilizar métodos de armazenamento adequados

A organização dos espaços⁷ foi bastante importante para utilizar eficientemente o espaço disponível de forma a melhorar a funcionalidade do mesmo e facilitar a circulação.

Organizar os espaços de forma a criar uma atmosfera acolhedora e convidativa promoveu o conforto e o bem-estar dos usuários do espaço e melhorou a eficiência e a produtividade nos recursos, materiais e equipamentos existentes.

Análise das atividades descritas:

A criação da profissão de educador social, tanto em Portugal quanto na Europa, está relacionada com a necessidade de reavaliar as atividades de educação social a partir dos diversos contextos de vida das pessoas, indo além das abordagens tradicionais de socialização, que muitas vezes se limitam a determinados momentos e ambientes (Dubet, 2002; Molina, 2003; Pineau, 2000).

A mestranda, enquanto licenciada em educação social, fez prover das suas capacidades de entre e interajuda e necessidade de colaboração para organizar os espaços referidos anteriormente, em colaboração com um colega da DIDSS.

A organização destes espaços foi fundamental para que, posteriormente, se aproveitassem melhor os mesmos já que, como sugere Marianna Moreno: "Organizar é arte daqueles que não funcionam se as coisas não estiverem em ordem."

Quando se trata das abordagens de intervenção social conforme delineadas por Robertis (2011:139), podemos identificar duas categorias distintas: intervenções de natureza direta, que se desenrolam em encontros presenciais entre profissionais de CSF e as famílias, por exemplo; e intervenções de natureza indireta, que ocorrem em situações em que o utente não está presente, geralmente durante as interações telefônicas entre os profissionais.

⁷ Consultar apêndice S

Objetivo 6: Participar em cerimónias oficiais e protocolares

Objetivo 6.1: Transferência de competências na área social com a presença da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes

A Transferência de competências na área social concretizou-se num processo que em que as responsabilidades e competências relativas a área social são transferidas de uma entidade governamental para outra.

Desta forma, no dia 5 de abril, quarta-feira, a cerimónia de transferência de competências no domínio da Ação Social, para o Município de Leiria, contou com a presença da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes⁸.

Objetivo 6.2: Dia Internacional da Mulher

No Dia Internacional da Mulher⁹, 8 de março, celebrámos as mulheres do Município, “no seu contexto, nas suas funções, nas suas competências, na sua alegria.”

Análise das atividades descritas:

A participação nas cerimónias acima mencionadas foi bastante enriquecedora para a mestrandia já que lhe permitiu ter a oportunidade de conhecer novos contextos e ter uma noção de todo o processo.

“O cerimonial é um conjunto de formalidades específicas de um evento, dispostas numa ordem sequencial, que envolve a ordem de precedência (protocolo).

O protocolo é parte importante do cerimonial e constitui-se do conjunto de normas para conduzir o evento; das regras da diplomacia, tais como a ordem geral de precedência e a formação da mesa de honra. O protocolo define questões como a ordem de chamada das pessoas que compõem a solenidade (quem deverá ser chamado primeiro), a disposição dessas no evento (quem deverá ficar ao lado de quem) e a sequência dos pronunciamentos (quando cada um irá se pronunciar) (Universidade de Passo Fundo, 2015).”

Dentro desse contexto, o papel da profissional atuando como mediadora intercultural é promover estratégias de intervenção que se baseiem na comunicação aberta, na educação, na empatia ao se colocar no lugar do outro para identificar as necessidades e interesses

⁸ Consultar anexo P

⁹ Consultar anexo Q

do indivíduo. De seguida, esta deve ser capaz de negociar esses interesses, oferecendo a oportunidade de transformar a trajetória de vida do sujeito. (Gimenez, 1997, 2001)

Objetivo 7: Colaborar em atividades de promoção do envelhecimento ativo

Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Sensibilizar a importância do envelhecimento ativo	Identificar e estabelecer parcerias com organizações e instituições locais
Incentivar a participação em atividades físicas e sociais	Organizar eventos e workshops
Prevenir o isolamento social	Estimular a criação de grupos de interesse
Fornecer informações e orientações	

Objetivo 7.1: Colaborar na Feira de Leiria no espetáculo musical de Emanuel Moura em prol do envelhecimento ativo

No dia 24 de maio mais de 700 munícipes que se encontram em instituições de apoio a idosos assistiram a um espetáculo musical com a presença de Emanuel Moura, na feira de Leiria

A mestranda, em conjunto com as restantes estagiárias, organizou a chegada dos mesmos ao local. Foi um momento de muito entusiasmo e animação.

Objetivo 7.2: Colaborar na atividade de Peddy Paper do projeto Viver Melhor

No dia 23 de junho a mestranda, em colaboração com as restantes estagias, técnica superior do projeto “Viver Melhor” e outros voluntários, realizaram¹⁰ um peddy paper com os Moradores do Bairro Sá Carneiro integrantes do projeto em questão.¹¹

Análise das atividades descritas:

“A expansão do envelhecer não é um problema. É sim uma das maiores conquistas da humanidade. O que é necessário é traçarem-se políticas ajustadas para envelhecer são, autónomo, ativo e plenamente integrado.” (Kofi Annan, apud Magalhães, 2005:20).

O crescente envelhecimento da população representa um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. É evidente que as rápidas mudanças têm tornado difícil a adaptação das sociedades às novas realidades demográficas. Durante períodos de crise económica e financeira, as vulnerabilidades sociais acentuam-se, o que por sua vez resulta no aumento das desigualdades e da exclusão social entre os idosos. Portanto, é inegável que as sociedades precisam se ajustar rapidamente aos problemas e às necessidades da população idosa, desenvolvendo abordagens inovadoras e novos mecanismos de gestão.

Assim, Carvalho admite, que “[...] quem tem o poder de decisão [...] são as entidades que detêm o poder económico [...] empresas, mercados financeiros onde se geram novas formas de controlo político e económico com implicações desprotetoras para a vida das pessoas.” (Carvalho, 2011:49).

As participações da mestranda em todas as atividades em prol do envelhecimento ativo foram bastante significativas já que estas proporcionam a atuação dos profissionais de Mediação Social no contexto do envelhecimento envolve o suporte a grupos diversos com desafios sociais complexos. Para realizar uma intervenção eficaz e apropriada, é imperativo que os mediadores sociais tenham um entendimento significativo das questões sociais relacionadas ao envelhecimento, bem como às teorias e práticas subjacentes a essa área temática. Desta forma, Neste sentido, Pinto (2003) afirma que a intervenção do serviço social na área do envelhecimento, “[...] é fundamental não só em termos

¹⁰ Consultar apêndice T

¹¹ Consultar apêndice U

assistenciais como em termos de empowerment, autonomia, capacitação, emancipação e participação.” (Pinto 2003 apud Marques 2014:40).

Objetivo 8: Colaborar em atividades na área da integração da pessoa com deficiência

Objetivo 8.1: Colaborar na atividade "Caminhar Sem Limites - já pensaste nisso?"¹²

No dia 17 de maio foi promovida uma atividade de sensibilização pelo Município, no âmbito do Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, num percurso na freguesia dos Marrazes.

O Agrupamento de Escolas dos Marrazes acolheu, de seguida, o evento de encerramento do Projeto “+Acesso para Todos – Por Comunidades Mais Inclusivas”, criado pela Associação Salvador com o apoio da Portugal Inovação Social e tendo o Município de Leiria como financiador social.

Análise das atividades descritas:

Os profissionais envolvidos em Mediação e Intervenção Social compartilham semelhanças nas interações com o público e na colaboração com parceiros (Dubéchet, Le Quéau, & Messu, 2000, p. 154)- No entanto, as áreas de atuação muitas vezes sobrepõem-se e entrelaçam-se, tornando difícil estabelecer fronteiras claras entre as mesmas. Desta forma e no contexto do paradigma inclusivo, tanto o mediador quanto o interventor social desempenham papéis cruciais. Isso ocorre porque a trajetória das pessoas com deficiência frequentemente envolve desafios significativos, principalmente no que diz respeito à acessibilidade. Muitas vezes, essas pessoas enfrentam situações discriminatórias devido à presença de barreiras que condicionam a sua autonomia, qualidade de vida e participação plena na sociedade.

¹² Consultar apêndice V

Objetivo 9: Criação de bases de dados de habitações para arrendamento

A mestranda criou uma base de dados de habitações para arrendamento de forma a classificar e organizar propriedades para um acesso fácil e intuitivo a disponibilizar aos utentes, principalmente no GAS.

Objetivo 10: Cooordenar um projeto de investigação científica no domínio da Mediação Social Comunitária na Educação para a Saúde- Estudo LiSa

Em fevereiro a mestranda integrou o projeto LiSa, realizando questionários porta a porta. A saída de uma técnica, a determinado momento, determinou que ficasse responsável no terreno pela implementação do projeto.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, não se limitando apenas à ausência de doença ou enfermidade. Atualmente, a saúde é um componente essencial do desenvolvimento, abrangendo todos os setores de atividade e requerendo a integração da saúde em todas as políticas, bem como a participação ativa de todos os cidadãos (1948).

Em Portugal, nas últimas décadas, tem havido um reconhecimento crescente da importância da promoção da literacia em saúde dos cidadãos como meio de melhorar os cuidados de saúde. Isso tem sido uma preocupação nas políticas de saúde, uma vez que estudos demonstraram que níveis inadequados de literacia em saúde podem ter implicações significativas nos resultados de saúde, na utilização de serviços de saúde e, consequentemente, nos custos de saúde.

Em 2021, o município de Leiria elaborou a Estratégia Municipal de Saúde, um documento que orienta o desenvolvimento de políticas e estratégias de intervenção na área da saúde. Esse documento foi criado com base em informações provenientes de documentos institucionais, consultas a partes interessadas e um questionário aplicado à população da cidade. Com base nesses dados, foi realizada uma análise SWOT, que identificou a literacia em saúde como uma das fragilidades do concelho.

Portanto, é necessário capacitar e informar as pessoas sobre doenças e sobre o que cada indivíduo pode fazer para combatê-las e, principalmente, preveni-las. Esse é o processo de literacia em saúde, que busca capacitar os cidadãos com conhecimentos para tomar decisões conscientes e informadas relacionadas à promoção da saúde, tanto em nível

individual quanto coletivo. Essa necessidade levou à realização do estudo LISA¹³, no qual os cidadãos são a fonte essencial de informações.

Objetivo do estudo principal
Medir a literacia em saúde na população adulta residente no concelho de Leiria ao longo dos próximos 10 anos.
Objetivos secundários do estudo
Caracterizar a ansiedade e depressão, risco metabólico, e hábitos de vida, como o alcoolismo, tabagismo e prática de atividade física, da mesma amostra populacional e no mesmo período de tempo.

Resultado da amostra até ao momento¹⁴:

Classificação	%
Inadequado	5
Problemático	33
Suficiente	55
Excelente	7

- Excellent: > 83.33 (i.e., ¹⁰/₁₂ to (incl.) ¹²/₁₂)
- Sufficient: > 66.67 and ≤ 83.33 (i.e., ⁸/₁₂ to (incl.) ¹⁰/₁₂)
- Problematic: > 50 and ≤ 66.67 (i.e., ⁶/₁₂ to (incl.) ⁸/₁₂)
- Inadequate: ≤ 50 (i.e., 0 to (incl.) ⁶/₁₂)

A área da mediação aplica-se a inúmeros contextos e na saúde, concretamente literacia em saúde, não é exceção.

¹³ Consultar anexo R

¹⁴ Consultar anexo S

Desta forma, existem estratégias a adotar:

- Educação e consciencialização- Promover programas educacionais sobre temas de saúde relevantes como palestras, workshops ou distribuição de materiais educativos;
- Comunicação clara e acessível- Evitar o uso de terminologias técnicas excessivamente complexas, por outro lado, utilizar analogias e exemplos compreensíveis;
- Envolvimento de profissionais de saúde- Capacitar e incentivar os profissionais de saúde a explicar as informações de forma compreensível a todos e responder a questões de forma adequada.

Análise das atividades descritas:

O conceito de saúde foi definido em 1946 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como, “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou enfermidade”.

“Através da adoção de estilos de vida e comportamentos saudáveis, torna-se necessário que a pessoa escolha e assuma as suas opções de vida, responsabilizando-se pela sua saúde” (Carvalho & Carvalho, 2006, p.18).

No contexto do processo de Educação para a Saúde, é fundamental ter em conta indicadores-chave que desempenhem um papel crucial na tomada de decisões informadas, promovendo, assim, o empowerment individual, conforme mencionado anteriormente. A aquisição de conhecimento está intrinsecamente relacionada com as emoções experimentadas no momento da aprendizagem, o que torna a assimilação mais eficaz. Além disso, estabelecer conexões significativas entre as pessoas envolvidas na construção desse conhecimento é de importância inestimável. “vai depender das emoções que se estabelecem entre as pessoas. É, por isso, muito importante a relação que se estabelece entre os educandos e entre estes e o educador para o sucesso de qualquer programa educativo” (Carvalho & Carvalho, 2006, p.20)

Desta forma, a coordenação do projeto pela mestrandia foi fulcral para que relacionasse e consolidasse a importância do mediador social nos mais variados contextos, nomeadamente a saúde já que com uma maior informação e clarificação de conhecimento,

maior a responsabilidade e a consciencialização de tomada de decisões importantes que, certamente, determinam e condicionam todo o nosso estilo de vida.



Capítulo IV

Avaliação

1. Autoavaliação

O estágio curricular que concretizei representou um marco significativo no meu percurso como mestranda, uma vez que essa etapa rumou momentos de introspeção e reflexão pessoal sobre o trabalho realizado e as competências desenvolvidas ao longo dos sete meses de permanência na instituição. Inicialmente, é importante destacar a fase inicial do estágio, caracterizada pela observação participante e não participante, e pela adaptação. Essa fase foi essencial para adquirir conhecimento e compreender o funcionamento, dinâmicas e procedimentos específicos da área de atuação em questão. Durante esse período, interagi com a equipa da CML e com alguns utentes, o que facilitou a minha integração.

O estágio, inserido na formação profissionalizante do mestrado, conforme previsto no regulamento, tem como objetivo capacitar os mestrandos a compreender os contextos formais, não-formais e informais de forma pluridisciplinar, selecionar e utilizar metodologias apropriadas e confiáveis, incorporar a análise descritiva e diagnóstica, contribuir de maneira independente na avaliação e revisão das atividades em relação aos objetivos definidos, e desenvolver ações heurísticas que reflitam a prática profissional.

Paralelamente, o estágio visa o desenvolvimento de competências analítico-reflexivas e operacionais fundamentais para o exercício profissional como especialista em Mediação Intercultural e Intervenção Social. Especificamente, em relação às competências transversais a serem aprimoradas, destacam-se as habilidades instrumentais relacionadas à organização do trabalho, as habilidades de comunicação com os sujeitos envolvidos nessa área de atuação e com a comunidade em geral, e as habilidades sistêmicas voltadas para a compreensão, sensibilidade e conhecimento abrangente de um sistema.

Diante do exposto, durante a minha permanência na CML, pude observar uma evolução notável dessas competências. No âmbito instrumental, destaco a definição clara dos objetivos a serem alcançados em cada atividade bem como a comunicação dos resultados obtidos, tanto individualmente como em equipa. Em relação ao segundo grupo de competências, destaco a capacidade de trabalho em equipa, ouvindo e respeitando diferentes opiniões, aprimorando a expressão da minha própria opinião, interagindo com os utentes e adquirindo conhecimento sobre as respostas existentes na Câmara Municipal

de Leiria, além de estabelecer articulações com elas. No que diz respeito às competências sistêmicas, compreendi claramente a organização e o funcionamento da DIDSS da CML.

No entanto, ao longo sete meses, também surgiram oportunidades relevantes, como a participação nas reuniões da equipa técnica, a interação com utentes em atividades festivas, a realização de tarefas relacionadas à Mediação e Intervenção.

Resumidamente, a minha autoavaliação desse percurso pré-profissional é bastante positiva, uma vez que o estágio curricular, especialmente na DIDSS, impulsionou um crescimento considerável tanto na minha vida pessoal como profissional. Durante o meu percurso na instituição, pude desenvolver novas habilidades e competências, ao mesmo tempo que aprimorei aquelas já existentes, consideradas essenciais para ingressar no mercado de trabalho e exercer a profissão adequadamente. Por fim, é importante destacar que todo o trabalho desenvolvido por mim não teria sido possível sem a disponibilidade, ensinamentos, motivação e confiança fornecidos pela Dra. Filipa e restante equipa DIDSS, aos quais serei eternamente grata e que marcaram, sem dúvida, a minha vida.

2. Heteroavaliação

2.1 Avaliação da Orientadora Local de Estágio

No que diz respeito à avaliação atribuída pela orientadora local de Estágio, a Dra. Ana Filipa Soledade, esta fora concretizada com recurso à Grelha de Avaliação de Competências Transversais.

A Grelha¹⁵, no que diz respeito às competências transversais é constituída por quatro seções, as quais: instrumentais, interpessoais, sistêmicas e, por fim, competências de caráter geral.

Desta forma, e de forma mais pormenorizada, das competências instrumentais, quatro foram avaliadas com muito bom e uma como excelente. Já no que diz respeito às

¹⁵ Consultar anexo L

competências interpessoais, todas foram avaliadas como excelente. Também as duas componentes sistêmicas foram avaliadas como excelente. Por fim, relativamente a competências gerais, três foram avaliadas com a nota excelente e as restantes com muito bom. Assim sendo, a média com que a mestranda finalizou o estágio foi a de 17,5 valores.

De forma a complementar o preenchimento da Grelha anteriormente referida foi elaborada, pela orientadora local de Estágio, uma avaliação de cariz qualitativo¹⁶ referente ao desempenho da mestranda e às atividades por si concretizadas.

Em suma, neste capítulo fica claro que durante o Estágio Curricular, a mestranda ampliou, adquiriu e aprimorou suas habilidades e competências, demonstrando sua importância tanto em termos pessoais quanto profissionais.

¹⁶ Consultar anexo M



Capítulo V

Considerações finais

Após a conclusão do Estágio Curricular, que marca o fim de um ciclo de estudos, torna-se essencial realizar uma reflexão sobre a jornada de aprendizagem, o trabalho desenvolvido, as competências e habilidades adquiridas, bem como os conhecimentos consolidados durante os sete meses de permanência na CML.

Como uma prática pré-profissional, o Estágio Curricular representa um local privilegiado para compreender a atuação profissional, compreender os valores ético-deontológicos da profissão e estabelecer uma conexão direta com o mercado de trabalho, assim como com as pessoas, profissionais e entidades envolvidas, com o objetivo de capacitar os estagiários para o futuro próximo.

A intervenção comunitária, especialmente com pessoas em situação de vulnerabilidade, é um processo complexo e demorado, que requer um amplo conjunto de conhecimentos e habilidades. Nesse sentido, a oportunidade de realizar o estágio na Câmara Municipal de Leiria, mais especificamente na DIDSS, foi extremamente enriquecedora em termos pessoais, acadêmicos e profissionais. A duração de um ano letivo para o estágio foi um dos pontos fortes do Mestrado, pois permitiu uma ampla evolução pessoal e profissional dos mestrados, sendo essencial para a transição de uma fase prolongada de formação acadêmica para a vida profissional.

O estágio, com cerca de 980 horas de duração na instituição, caracterizou-se pela observação e posterior participação da mestranda nas atividades diárias da equipa técnica.

Além disso, é importante mencionar que todas essas atividades foram fundamentais para o desenvolvimento de habilidades de planeamento, organização e outras pela mestranda, ampliando a sua visão sobre a atuação profissional como especialista em Mediação Intercultural e Intervenção Social. O trabalho realizado pela DIDSS, com a sua heterogeneidade e o foco em pessoas com diferentes problemas, revelou-se como um dos grandes pontos fortes deste estágio, proporcionando o conhecimento de realidades diversas com as quais a mestranda não tinha tido contato anteriormente, assim como políticas existentes no contexto nacional e procedimentos de intervenção específicos para cada situação.

Dessa forma, o balanço do Estágio Curricular é bastante positivo, superando as expectativas iniciais, especialmente por ser uma área diferente da formação acadêmica básica da mestranda. As preocupações e ansiedades iniciais foram superadas à medida que a estagiária se integrou na DIDSS. É importante destacar que toda essa experiência

só foi possível devido ao apoio fundamental da orientadora de estágio e da equipa DIDSS, que auxiliaram na execução de todas as atividades planeadas, ofereceram acompanhamento contínuo ao longo da estadia na instituição e demonstraram abertura para ouvir e implementar novas ideias.

Em conclusão, os objetivos estabelecidos foram alcançados com sucesso, proporcionando à mestrande um sentimento de realização. Todas as experiências vivenciadas no CML, as pessoas com quem interagiu, as histórias de vida ouvidas e com as quais trabalhou contribuíram significativamente para a visão atual da estagiária em relação ao mundo contemporâneo e à atuação profissional.



Capítulo VI

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R. (2008). *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. [Tese de Doutoramento em Sociologia]. Universidade Aberta.
<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese+41.pdf>
- Antunes, M., & Alves, M. (2009). *Intervenção Comunitária e Inclusão Social. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, 2471-2481.
<https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdf s/t6/t6c179.pdf>
- As funções sociais do Estado e o princípio da universalidade dos Direitos Sociais, Económicos e Culturais (novembro de 2011).
https://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2011/11/estado/01dir_sociaiseconomicos.pdf
- C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 125-156). Edições Afrontamento.
- Câmara Municipal de Leiria. *Estratégia Municipal de Saúde do Município de Leiria 2021/2023*.
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social*. Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, Maria Irene Lopes (2011) – Serviço social e envelhecimento ativo : teorias, práticas e dilemas profissionais. *Intervenção Social*. Lisboa. 38 (2011) 45-60
- Correia, M. J. (2010). *Mediação Familiar - Um Contributo Para a Promoção da Relação Entre Pais em Desacordo*. Obtido em 14 de abril de 2018, de Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores:
<https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1204/1/DissertMestradoMariaJoseFeijoCorreia2011.pdf>
- Cortes, S. V., & Lima, L. L. (2012). A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, 32–62.
<https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300003>

- Costa, M. I. S., & Ianni, A. M. Z. (2018). *A dialética do conceito de exclusão/inclusão social. Individualização, Cidadania E Inclusão Na Sociedade Contemporânea: Uma Análise Teórica*, 75–101. <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0004>.
- *Desenvolvimento Social e Saúde*. (n.d.). Wwww.cm-Leiria.pt. Retrieved July 14, 2023, from <https://www.cm-leiria.pt/areas-de-atividade/desenvolvimento-social-e-saude>
- Diário da República, 2.^a série PARTE H MUNICÍPIO DE LEIRIA. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/7884/despacho_12854_c_2021_c_riacao_dos_servicos_do_municipio_de_leiria.pdf
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*, (A. M. Parreira, Trad.). Lisboa, Portugal. Monitor.
- Giménez-Romero, C. (2010). *Mediação Intercultural* (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural Ed. Vol. 04 Cadernos de Apoio à Formação,). Lisboa: ACIDI.
- Matias, C., & Vieira, R. (2018). *Vidas de Rua: a Mediação no (Re)construção de Projetos de Vida*. In Vieira, R., Marques, J. C., Silva, P., Vieira, A., & Margarido, C. *Da Mediação Intercultural à mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. (pp. 25-433) Edições Afrontamento.
- *Mediações – Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*, Vol. 5 – n.º 1 – 2017 , 44-56. Obtido em 14 de maio de 2023, de 97 https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2721/1/pontes%20e%20travessias%20RV_AV2017.pdf
- Montenegro, M. (2008). *O Projeto Nómada e a Mediação*, in atas do XVI Colóquio Afirse/Aipelf ‘Tutoria e Mediação em Educação: Novos Desafios à Investigação Educacional’. Lisboa: Universidade de Lisboa
- Paúl, C. (2005). *Envelhecimento activo e Redes de Suporte Social*. Sociologia, 15, pp. 275-287, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Porto Editora – *inclusão no Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/inclusao>.

- Rios, P. L. (2005). Mediação Familiar – Estudo Preliminar para uma Regulamentação Legal da Mediação Familiar em Portugal. Verbo jurídico. Obtido em 18 de abril de 2018, de <http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/GuiaDivorcioRespParent/anexos/anexo88.pdf>
- Robertis, C. (2011). Metodologia da Intervenção em Trabalho Social. Porto Editora
- Rodrigues, E. (n.d.). *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção* <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf>
- Silva, L. (2001). *Intervenção Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta
- Stoer, S. e Magalhães, A. (2005). *A diferença Somos Nós – A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Torremorell, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora
- UNICEF. (1948, December 10). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [Www.unicef.org. https://www.unicef.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos](https://www.unicef.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos)
- Vieira, A. (2012) *A Pedagogia Social nas Escolas: Um Olhar sobre a Mediação e Educação Social*. *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, pp. 9-26.
- Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Vieira, R. et al. (2009). *Envelhecimento e autonomia: a importância do projeto de vida*. In R. Vieira et al., *Diferenças, desigualdades, exclusões e inclusões* (pp. 143-137). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R., & Vieira, A. (2016a). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Porto: Profedições.
- Vieira, R., & Vieira, A. (2016b). *Mediações socioculturais: conceitos e contextos*. Em R. Vieira, J. Marques, & P. V. Silva, *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-55). Porto: Afrontamento.
- Vieira, R., & Vieira, A. (2017). *Construindo pontes e travessias: das mediações sociais à mediação intercultural*.

- *World Health Organization. Constitution of the World Health Organization.*
Publicado online 2006



Anexos

B: Áreas de intervenção do PMIM

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégia
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Promover o acolhimento e integração da população migrante, através de uma atuação integrada e em rede	Nível de satisfação da população migrante com os serviços de acolhimento e integração no município	Ação concertada entre as organizações locais que intervém ao nível acolhimento e integração dos migrantes através de mais informação, mais articulação e com mais recursos de apoio (guia de acolhimento e recursos)
URBANISMO E HABITAÇÃO	Melhorar o acesso à habitação e mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade	% de agregados familiares de migrantes com acesso a apoios municipais à habitação no total dos requerentes deste tipo de apoios	Reforço da informação relacionada com questões de habitação (programas, apoios, medidas, deveres e direitos) dirigida a migrantes e proprietários e simultaneamente, aumento da oferta municipal de programas de renda acessível

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégia
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Facilitar o acesso ao mercado de trabalho da população migrante em condições que garantam os seus direitos laborais	% de população estrangeira residente no município integrada no mercado de trabalho	Melhorar as condições para a integração profissional dos migrantes através de um aumento do conhecimento sobre as medidas ativas de emprego, direitos/deveres laborais junto da população migrante e entidades empregadoras
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Garantir o acesso da população migrante ao ensino e ao reconhecimento das suas qualificações	Número de cidadãos migrantes que melhoram os seus níveis de conhecimento da língua portuguesa	Aumentar a oferta do ensino da língua portuguesa em horários e locais que facilitem a adesão da população migrante e promover a divulgação da oferta através da rede de parceiros locais
		N.º de encaminhamentos/apoio nos processos de equivalência académica	Aposta no esclarecimento e apoio personalizado ao nível local, nos processos de registo de equivalência académica
		Grau de satisfação dos alunos estrangeiros com o acolhimento e a integração realizada pelas escolas	Realização de compromissos de colaboração com as Escolas para a identificação de estratégias locais eficazes que promovam o acolhimento e integração dos alunos estrangeiros

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégia
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Potenciar as competências e capacidades da população migrante	Número de migrantes que participaram em ações de formação e capacitação	Investimento na disponibilização de informação acessível e sensibilização da população migrante para facilitar o acesso à formação e capacitação
CULTURA	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades do município	Evolução anual do número de eventos multiculturais ou interculturais realizados	Intervenção em rede para promover da interculturalidade dando espaço e visibilidade a manifestações culturais, projetos locais e integração da interculturalidade
SAÚDE	Melhorar o acesso cuidados de saúde aos migrantes	Nível de conhecimento de serviços de saúde por parte dos cidadãos migrantes	Aumentar a informação prestada aos migrantes referente aos cuidados de saúde e formação a profissionais de saúde
		N.º de Compromissos de Colaboração com serviços de saúde	
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Melhorar o acesso e as respostas sociais junto dos migrantes, considerando as suas necessidades específicas	Grau de satisfação dos migrantes com o acesso e respostas sociais	Reforço quantitativo e qualitativo das respostas sociais, através da articulação entre as organizações locais e capacitação dos técnicos
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Promover a participação cívica e eleitoral dos migrantes	Número de migrantes que participam em atividades das associações locais	Aumentar a divulgação sobre o associativismo no município e sobre o sistema eleitoral português. Promover a capacitação das Uniões e Juntas
		Número de cidadãos estrangeiros inscritos nos cadernos eleitorais do município	

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégia
			de freguesia sobre o tema.
MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Meios de comunicação local com disseminação de notícias/informação que valorizam a diversidade cultural local	Número de notícias/informações publicadas/disseminadas sobre a valorização da diversidade cultural local	Potenciar a relação com os meios de comunicação social para o reconhecimento da importância da integração da população migrante, utilizando o PMIM para este efeito
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Prevenir situações de racismo e discriminação	N.º de ações de prevenção do ódio, racismo e discriminação, realizadas pelos parceiros	Atuação vertida nas áreas: - Urbanismo e habitação - Cultura - Media e sensibilização da opinião pública - Cidadania e participação cívica
RELACÕES INTERNACIONAIS	Promover ligações entre o Município e entidades representantes dos países de origem dos cidadãos estrangeiros residentes no município	Número de contactos com entidades representativas dos países de origem	Aposta no contacto com entidades estrangeiras
RELIGIÃO	Promover a divulgação dos locais de culto das diversas religiões	Número de entidades que promovem informação sobre os locais de culto	Aposta na divulgação dos locais de culto junto das associações de migrantes
IGUALDADE DE GÉNERO	Melhorar a prevenção de situações de violência doméstica e de género	Δ do número de atendimentos de migrantes no Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Leira	Sensibilização da população migrante para a prevenção da violência doméstica e de género

C: Objetivos do PMIM

Área: Serviços de acolhimento e integração						
Objetivo estratégico: Promover o acolhimento e integração da população migrante, através de uma atuação integrada e em rede						
Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis	
Dotar as organizações locais de mais recursos e competências para o acolhimento e a integração da população migrante	Elaboração e tradução de guia de acolhimento transversal às diversas/áreas com identificação das respostas e recursos para a população migrante	1	3	Número de guias de acolhimento para migrantes produzidos, redigidos em 3 línguas	- Município de Leiria - Agrupamentos de Escolas - Politécnico de Leiria	
	Elaboração de guia de acolhimento transversal às diversas/áreas com identificação das respostas e recursos para as organizações locais	2	1	Número de guias de acolhimento para migrantes, dirigido a organizações locais produzidos	- Município de Leiria - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS	
	Realizar ações de capacitação para o atendimento/acompanhamento de migrantes, dirigida a técnicos de intervenção		1	3	Número de ações de capacitação	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS
				15	Número técnicos de intervenção envolvidos em ações de capacitação para o atendimento/acompanhamento de migrantes	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS
Promover o acesso e utilização dos recursos da plataforma "We Help"		1	100	Número de acessos/utilizações dos recursos da plataforma	- Plataforma "We Help"	

Garantir uma maior articulação e comunicação entre entidades que atuam no âmbito do acolhimento e integração de migrantes	Dinamização do Grupo de Trabalho da Migração, criando pontos focais representantes das organizações de Leiria	1	7	Número de organizações locais que participam ativamente na rede de apoio aos migrantes no âmbito do grupo de trabalho da Rede Social	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - Plataforma “We Help”
	Disponibilizar recursos da plataforma “We Help” – projeto-piloto a nível nacional no concelho de Leiria, em várias áreas: Habitação, emprego, escola, formação, etc	2	10	N.º de áreas da plataforma “We Help” disponibilizados	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Plataforma “We Help”

Área: Urbanismo e Habitação

Objetivo estratégico: Melhorar o acesso à habitação e mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar os níveis de informação dos migrantes sobre o acesso habitação	Elaborar e divulgar flyer sobre o acesso ao mercado habitacional (incluindo informação sobre direitos e deveres)	2	3 100	Número de flyers elaborados redigidos em 3 línguas; Número de Flyers distribuídos	- Município de Leiria –CLAIM, DIDSS - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS
	Divulgar a Plataforma “We Help” e seus recursos	2	200	Número de acessos à plataforma “We Help”	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - Plataforma “We Help”
Reduzir a discriminação no acesso	Ações de informação a associações imobiliárias para	1	1	Número de ações de informação dinamizadas;	

dos migrantes ao mercado de arrendamento	combater a discriminação junto da população migrante, no acesso ao mercado de arrendamento		10	Número de participantes nas ações	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS
	Ações de Capacitação para técnicos/profissionais na UF e Juntas de Freguesias		2	Número de ações de informação dinamizadas;	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS
15			Número de participantes nas ações	- Juntas e Uniões de freguesia - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS	
Criar condições específicas de acesso à habitação e mercado de arrendamento	Sessões de trabalho para acompanhamento da execução da medida 2.2 da EHL "Reforço do parque habitacional privado no mercado de arrendamento acessível"	1	2	Número de sessões de trabalho com o pelouro da Habitação do município	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS
	Alteração dos programas de Arrendamento para inclusão facilitada dos migrantes	2	10	Número de apoios deferidos resultantes das alterações introduzidas no programa	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS

Área: Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Objetivo estratégico: Facilitar o acesso ao mercado de trabalho da população migrante em condições que garantam os seus direitos laborais

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar os níveis de conhecimento das entidades	Sessões de esclarecimento sobre a inclusão e	1	3	Número de sessões dinamizadas	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS

empregadoras e migrantes sobre legislação laboral	legislação laboral para população migrante		30	Número de migrantes participantes nas sessões	- GIP-Imigrante
	Sessões de esclarecimento sobre a inclusão de migrantes e legislação laboral para associações empresariais, comerciais e industriais	1	2	Número de sessões dinamizadas	- Município de Leiria - CLAIM, DIDSS
5			Número de associações empresariais, comerciais e industriais participantes nas sessões	- GIP-Imigrant-Município de Leiria - CLAIM, DIDSS - GIP-Imigrante	
Aumentar o conhecimento sobre as medidas ativas de emprego e empreendedorismo existentes	Sessões informativas sobre medidas ativas de emprego e de empreendedorismo existentes, em formato presencial e online/podcast	1	3	Número de sessões dinamizadas	- Município de Leiria - CLAIM, DIDSS
			30	Número de migrantes participantes nas sessões	- GIP-Imigrante - IEFPP Leiria

Área: Educação e Língua

Objetivo estratégico: Garantir o acesso da população migrante ao ensino e ao reconhecimento das suas qualificações

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar a acessibilidade e aumentar a abrangência do ensino da língua portuguesa para cidadãos migrantes	Cursos de Português Língua de Acolhimento (cursos PLA) Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto em horários e locais acessíveis	1	10	Número de Cursos de Português Língua de Acolhimento dinamizados	- IEFPP - Centros Qualifica
			150	Número de participantes nas ações de formação	- IEFPP - Centros Qualifica
Promover programas de alfabetização para migrantes	Ações de alfabetização para migrantes	2	2	Número de ações de alfabetização dinamizadas	- IEFPP - Centros Qualifica Redes na Quinta-INPulsar

			30	Número de participantes nas ações de alfabetização	- IEFP - Centros Qualifica
Promover encaminhamentos para tramitação de processos de registo de grau, reconhecimento e equivalência qualificações	Sessões informativas presenciais sobre reconhecimento e equivalência de qualificações junto de migrantes	1	3	Número de sessões informativas	- Município de Leiria – CLAIM, DISS - IEFP - Centros Qualifica
			45	Número de participantes nas sessões informativas	- IEFP - Centros Qualifica
Melhorar as estratégias que promovem o acolhimento e a integração de alunos estrangeiros	Ações de informação e sensibilização no âmbito das migrações em estabelecimentos de educação do concelho de Leiria	1	8	Número de ações de informação e sensibilização (uma por agrupamento ao longo dos 3 anos)	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Agrup. de Escolas

Área: Formação e capacitação					
Objetivo estratégico: Potenciar as competências e capacidades da população migrante					
Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar o conhecimento sobre as medidas e as condições de acesso à formação	Sessões informativas sobre as medidas e condições de acesso à formação para migrantes	1	3	Número de sessões informativas	- Município de Leiria - CLAIM, DIDSS - Associações de Migrantes - AMIgrante
			30	Número de participantes nas sessões informativas	
Incentivar as comunidades migrantes a partilhar experiências de formação e aprendizagens	Realização de vídeos com testemunhos (de quem já realizou a formação) para partilha de experiências	2	10	Número de participantes nos vídeos	- Município de Leiria - CLAIM, DIDSS - Associações de Migrantes - AMIgrante
			500	Número de visualizações nas redes sociais e nas associações	

Área: Cultura					
Objetivo estratégico: Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades do município					
Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Dinamizar iniciativas de partilha e valorização da diversidade cultural	Dinamização da semana da Interculturalidade	1	1	Número de Semanas da Interculturalidade promovidas	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Associações de Migrantes - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - EAPN - Media

existente no município			1500	Número de pessoas abrangidas nos eventos	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Associações de Migrantes - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - EAPN - Media
	Ações no contexto escolar para a valorização da interculturalidade	1	16	Número de ações realizadas	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - Agrup. de Escolas
			700	Número de pessoas abrangidas nos eventos	

Área: Saúde

Objetivo estratégico: Melhorar o acesso a cuidados de saúde aos migrantes

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar a informação disponibilizada aos migrantes sobre o acesso aos cuidados de saúde	Elaborar flyers com informação acessível sobre o acesso a cuidados de saúde (incluindo direitos e deveres)	2	3	Número de flyers elaborados	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - ACES Pinhal Litoral (UCC Arnaldo Sampaio e UCC Gorjão Henriques)
	Divulgar informação sobre o acesso aos cuidados de saúde	2	500	Número de flyers distribuídos junto da população migrante	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - ACES Pinhal Litoral (UCC Arnaldo Sampaio e UCC Gorjão Henriques)

Melhorar o acesso de cuidados de saúde a migrantes	Ações formação para os profissionais de saúde no âmbito dos migrantes (inclui a uniformização de procedimentos/atendimentos)	1	3	Número de ações de formação	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - ACES Pinhal Litoral (UCC Arnaldo Sampaio e UCC Gorjão Henriques)
			15	Número de profissionais de saúde envolvidos nas ações de formação	- Município de Leiria – CLAIM, DIDSS - ACES Pinhal Litoral (UCC Arnaldo Sampaio e UCC Gorjão Henriques)

Área: Solidariedade e Resposta Social

Objetivo estratégico: Melhorar o acesso e as respostas sociais junto dos migrantes, considerando as suas necessidades específicas

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis	
Aumentar a articulação entre as organizações locais que atuam no âmbito do apoio social e capacitação dos seus técnicos	Reuniões de articulação entre entidades que atuam no âmbito do apoio social a migrantes	1	2	Número de reuniões	- Município de Leiria - Rede Social, - CLAIM - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS	
		1	8	Número de entidades envolvidas		
	Ações de sensibilização de técnicos para uniformização de atendimentos/procedimentos	Ações de sensibilização de técnicos para uniformização de atendimentos/procedimentos	1	2	Número de ações de formação	- Município de Leiria - Rede Social, - CLAIM - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS
				10	Número de técnicos envolvidos nas ações de formação	

Aumentar as respostas sociais para a infância, de forma a facilitar a integração dos migrantes no mercado de trabalho, nomeadamente de mulheres	Candidaturas PRR aprovadas para respostas sociais de Creche	2	5	Número de candidaturas aprovadas	- Município de Leiria
			15	Número de crianças migrantes ou descendentes de migrantes, abrangidas	- Município de Leiria - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS

Área: Cidadania e participação cívica

Objetivo estratégico: Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar a participação dos migrantes em associações cívicas	Ações de promoção do associativismo junto dos migrantes	1	2	Número de ações de promoção do associativismo	-Município de Leiria
			20	Número de migrantes envolvidas nas ações	-Município de Leiria - Uniões e Juntas de Freguesia - EAPN
Sensibilizar para a importância do recenseamento eleitoral	Ações de sensibilização para a importância do recenseamento eleitoral, incluindo o "Política (também) sou eu! (projeto de aproximação das crianças e jovens às instituições políticas locais)	1	5	Número de ações desenvolvidas	-Município de Leiria - União de Freguesias Marrazes e Barosa - Uniões e Juntas de Freguesia
			100	N.º de participantes	

	Ações de sensibilização para a importância do recenseamento eleitoral de migrantes juntos dos executivos e funcionários das juntas e uniões de freguesias	1	5	Número de ações desenvolvidas	-Município de Leiria - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - Juntas e Uniões de freguesia
			30	N.º de participantes	-Município de Leiria - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - Juntas e Uniões de freguesia
	Elaboração de vídeos com testemunhos de migrantes que se recensearam e votaram	1	100	N.º de visualizações nas redes sociais	-Município de Leiria - União de Freguesias Marrazes e Barosa - Uniões e Juntas de Freguesia - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS

Área: Media e sensibilização da opinião pública

Objetivo estratégico: Sensibilizar os media para a valorização da interculturalidade no município

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Sensibilizar os media para a valorização da interculturalidade no município	Reuniões de envolvimento dos media para abordar temas relacionados com a migração e interculturalidade	1	1	Número de reuniões com envolvimento dos media	- Município de Leiria
			3	Número órgãos de comunicação social	- Município de Leiria
	Campanhas de informação promovendo a	2	1	Número de campanhas	- Município de Leiria

	interculturalidade, dirigidas aos meios de comunicação local			de informação social	
			3	Número de órgãos de comunicação envolvidos nas campanhas	- Município de Leiria

Área: Relações Internacionais

Objetivo estratégico: Promover ligações entre o Município e entidades representantes dos países de origem dos cidadãos estrangeiros residentes no município

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o contacto com as Embaixadas ou Consulados de países, cujos nacionais residam no concelho	Articulação com as Embaixadas e Consulados para uma melhor resposta aos migrantes, sempre que solicitado pelos cidadãos migrantes ou na procura de soluções a uma necessidade	2	2	Número de contactos com Embaixadas e Consulados estrangeiros	-Município de Leiria - CLAIM - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS

Área: Religião

Objetivo estratégico: Promover a divulgação dos locais de culto das diversas religiões

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
------------------------	---------	--------	-------	-------------	--------------

Divulgar informação dos locais e horários de culto, divulgado online e incluindo concelhos limítrofes, caso não existam no concelho de Leiria	Integração da informação sobre os locais de culto e horários, no municípios e concelhos limítrofes (caso não existam no concelho de Leiria)	1	1	Informação sobre informação sobre os locais de culto e horários disponíveis na plataforma We Help e nos Guias de Acolhimento	-Município de Leiria – CLAIM - Grupo de Trabalho Migrantes do CLAS - Plataforma We Help
---	---	---	---	--	--

Área: Igualdade de Género

Objetivo estratégico: Melhorar a prevenção de situações de violência doméstica e de género

Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Prevenir a violência doméstica e de género	Ações de capacitação para prevenção primária de violência doméstica e de género junto da população migrante	1	45	Número de participantes das ações de capacitação	-Município de Leiria - CLAIM - UF Marrazes e Barosa - Associação Mulher Século XXI
			3	Número de ações de capacitação realizadas	
	Ações de capacitação da União de Freguesias dos Marrazes e Barosa: 54' – cinquenta e quatro minutos (projeto para a promoção da prevenção da violência contra as mulheres e violência	1	100	Número de participantes das ações de capacitação	-Município de Leiria – CLAIM - UF Marrazes e Barosa - Associação Mulher Século XXI - EAPN – InPulsar
		1	5	Número de ações de capacitação realizadas	-Município de Leiria - CLAIM - UF Marrazes e Barosa

	doméstica e equidade de género)"				
--	----------------------------------	--	--	--	--

D: Requisitos do programa Creche para Todos

- a) Constituem condições de acesso à participação para a creche, os agregados familiares que:
- b) Sejam residentes no concelho de Leiria;
- c) Integrem crianças com idade igual ou superior a três meses e igual ou inferior a trinta e seis meses;
- d) Estejam enquadrados nos três primeiros escalões do abono de família atribuído pelos Sistemas e Subsistemas de Proteção Social;
- e) Comprovem a inexistência de vaga em creche da rede solidária;
- f) Assumam o compromisso de pagar ao estabelecimento privado o diferencial entre a mensalidade aplicada e a participação atribuída pelo Município;
- g) O Município possui a legitimidade para não integrar no Programa Creche para Todos agregados familiares segundo os quais, existam indícios claros em como não se encontram em situação de vulnerabilidade social, independentemente do escalão de abono atribuído.

E: Documentos necessários à candidatura ao programa Creche para Todos

- a) Documentos de identificação dos elementos do agregado familiar;
- b) Comprovativo do escalão de abono de família atribuído pela Segurança Social ou outro organismo equivalente;
- c) Declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), se não estiver legalmente dispensado/a;
- d) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, pelos elementos do agregado familiar (vencimentos; pensões; prestações familiares; bolsas de formação);
- e) Sempre que aplicável, declaração comprovativa da regulação das responsabilidades parentais;

f) Comprovativo de inscrição nas creches da rede solidária da área de residência; g) Declaração da creche privada indicando a existência de vaga e respetiva mensalidade; h) Declaração bancária onde conste o IBAN referente ao requerente ou outro elemento do agregado familiar

F: Requisitos do Programa de Participação de Arrendamento

- a) Ser titular de um contrato de arrendamento válido;
- b) Ter nacionalidade portuguesa, ou permanência legalizada em Portugal;
- c) Residir na área do Município de Leiria há três ou mais anos em regime de permanência;
- d) O agregado familiar ou o munícipe ter um rendimento mensal per capita igual ou inferior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) estabelecido para o ano a que se refere a candidatura;
- e) Não ser proprietário, coproprietário, usufrutuário, comodatário ou titular de direito de uso de habitação de qualquer imóvel destinado a habitação;
- f) Não ser titular, bem como os restantes elementos que compõem o agregado familiar de outro contrato de arrendamento habitacional, para além daquele sobre que incide o pedido de apoio;
- g) Não ser beneficiário de qualquer outro programa de apoio ao arrendamento; h) Os senhorios não podem estar obrigados à prestação de alimentos (previsto no artigo 2009.º, do Código Civil, com a redação do Decreto-Lei n.º 496 -77, de 25 -11), aos inquilinos;
- i) O valor da renda mensal terá que ser igual ou inferior aos limites estabelecidos no anexo II do presente regulamento;
- j) A tipologia da habitação ser adequada à composição e dimensão do agregado familiar;
- k) O titular do contrato de arrendamento ou outro elemento do agregado familiar, ser detentor de rendimento mensal fixo, seja ele proveniente de trabalho ou pensão de velhice, sobrevivência, invalidez ou prestação social para a inclusão.

2 — Constituem condições especiais de acesso à atribuição de participação ao arrendamento pessoas vítimas de violência doméstica, desde que devidamente

encaminhadas por instituições que se dediquem à defesa e proteção destas pessoas, podendo não se aplicar o disposto na alínea c) do número anterior.

3 — Serão ainda considerados critérios de admissão prioritários:

- a) Agregados familiares numerosos;
- b) Agregados familiares com menores a cargo;
- c) Agregados familiares com pessoas com deficiência

G: Documentos necessários à candidatura

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou de autorização de residência e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão, de todos os membros do agregado familiar;
- b) Fotocópia de documento emitido pela Segurança Social, onde conste o número de identificação da segurança social (NISS);
- c) Declaração de inscrição nos serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de todos os elementos do agregado familiar, com idade igual ou superior a 18 anos e que estejam em situação de desemprego, à exceção dos elementos que comprovadamente se encontrem incapacitados para o trabalho, por doença ou acidente;
- d) Declaração de matrícula e frequência de estabelecimento de ensino dos membros do agregado familiar com idade igual ou superior a 18 anos, que no ano letivo a que respeita a candidatura, se encontrem a estudar;
- e) Recibos de pensões (de velhice, invalidez, sobrevivência, alimentos — incluindo pensões provenientes do estrangeiro), do ano em que se candidata, de todos os membros do agregado familiar;
- f) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, pelos elementos do agregado familiar, que se encontrem a exercer atividade profissional remunerada;
- g) Declarações emitidas pelos serviços da Segurança Social relativas a prestações sociais que usufruam e respetivos valores;
- h) Comprovativos de bolsas de estudo ou de formação profissional atribuídos por qualquer entidade pública ou privada, dos quais conste o seu início e termo, bem como o respetivo valor;

- i) Declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), se não estiver legalmente dispensada;
- j) Atestado de residência onde conste a composição do agregado familiar e tempo de residência na área do Município de Leiria;

H: Documentos necessários à candidatura ao Programa de Comparticipações em Medicamentos a Famílias Carenciadas do Concelho de Leiria

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou de autorização de residência e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão, de todos os membros do agregado familiar;
- b) Fotocópia de documento emitido pela Segurança Social, onde conste o número de identificação da segurança social (NISS);
- c) Fotocópia do cartão do sistema nacional de saúde e do subsistema de saúde, caso de aplique (ADSE, SAMS e outros), de todos os elementos do agregado familiar;
- d) Declaração de inscrição nos serviços locais de Leiria do IEFP, de todos os elementos do agregado familiar, com idade igual ou superior a 18 anos e que estejam em situação de desemprego, à exceção dos elementos que comprovadamente se encontrem incapacitados para o trabalho, por doença;
- e) Declaração de matrícula e frequência de estabelecimento de ensino dos membros do agregado familiar com idade igual ou superior a 18 anos, no ano letivo a que respeita a candidatura, se encontrem a estudar;
- f) Recibos de pensões (de velhice, invalidez, sobrevivência, alimentos – incluindo pensões provenientes do estrangeiro), do ano em que se candidata, de todos os membros do agregado familiar;
- g) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, por elementos do agregado familiar, que se encontrem a exercer atividade profissional remunerada, relativa aos três meses anteriores à candidatura;
- h) Comprovativos de bolsas de estudo ou de formação profissional atribuídos por qualquer entidade pública ou privada, dos quais conste o seu início e termo, bem como o respetivo valor;
- i) Declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), se não estiver legalmente dispensada;

- j) Documentos comprovativos de encargos com habitação (renda, aquisição ou construção), relativos ao mês anterior da candidatura;
- k) Declaração médica que ateste a situação de doença crónica, com referência à medicação de uso continuado;
- l) Indicação obrigatória da farmácia onde pretende adquirir os medicamentos.

I: Requisitos de candidatura ao Programa FMES

Constituem condições gerais de acesso ao FMES — Leiria, os cidadãos que:

- a) Possuam um rendimento mensal per capita igual ou inferior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) estabelecido para o ano a que se refere a candidatura;
- b) Se encontrem em situação económico-social precária ou de carência económica agravada por diminuição de rendimentos provocada por calamidades ou outras eventualidades, nomeadamente, desemprego, perdas de rendimentos, doença, rutura familiar, violência doméstica e outras;
- c) Não se encontrando em particular situação de vulnerabilidade social, se vejam confrontados com algum tipo de conjuntura que interfira negativamente no seu contexto social, familiar e económico.

2 — Para além do disposto no número anterior, os cidadãos apenas poderão aceder ao apoio objeto do presente regulamento se, cumulativamente:

- a) Não beneficiarem de qualquer outro programa de apoio para o mesmo fim;
- b) Não se encontrarem em situação de dívida para com o Município de Leiria ou Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS) ou entidades por ele participadas.

Serão, ainda, considerados critérios de acesso prioritários:

- a) Agregados familiares numerosos;
- b) Agregados familiares monoparentais;
- c) Agregados familiares com pessoas com deficiência e/ou dependência e doença mental;
- d) Agregados familiares com pessoas idosas; e) Vítimas de violência doméstica.

4 — A título excecional, podem ser enquadrados no âmbito do FES — Leiria os indivíduos/ famílias que, embora não cumpram as condições previstas no presente regulamento, sejam considerados elegíveis pela Câmara Municipal de Leiria, na sequência dos contributos apresentados pelos parceiros envolvidos, após respetiva análise e fundamentação.

5 — As Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras Associações sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades no concelho de Leiria, podem aceder ao FES — Leiria, quando, numa situação de adversidade, necessitem de apoio financeiro imprescindível para dar continuidade à sua atividade e perante os fundamentos apresentados, o mesmo seja considerado elegível.

J: Documentos necessários à candidatura ao programa FMES

a) Documentos de identificação de todos os elementos do agregado familiar: cartão de cidadão ou número do bilhete de identidade, número de identificação fiscal (NIF), número de identificação da segurança social (NISS), bem como autorização de residência, no caso de cidadãos estrangeiros;

b) Declaração de inscrição nos serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional de todos os elementos do agregado familiar, com idade igual ou superior a 18 anos e que estejam em situação de desemprego, à exceção dos elementos que comprovadamente se encontrem incapacitados para o trabalho, por doença ou acidente;

c) Declaração de matrícula e frequência de estabelecimento de ensino dos membros do agregado familiar com idade igual ou superior a 18 anos, que no ano letivo a que respeita a candidatura, se encontrem a estudar;

d) Recibos de pensões (velhice, invalidez, sobrevivência, alimentos — incluindo pensões provenientes do estrangeiro), do ano civil em que se candidata, de todos os membros do agregado familiar;

e) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos nos últimos três meses, pelos elementos do agregado familiar, que se encontrem a exercer atividade profissional remunerada;

- f) Declarações emitidas pelo Instituto de Segurança Social, IP, relativas a prestações sociais que usufruam e respetivos valores;
- g) Comprovativos de bolsas de formação profissional atribuídas por qualquer entidade pública ou privada;
- h) Declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e respetiva nota de liquidação se não tiver legalmente dispensado;
- i) Atestado de residência onde conste a composição do agregado familiar e tempo de residência no concelho de Leiria;
- j) Fotocópia do atestado multiúso, sempre que o requerente ou outro elemento do agregado familiar possua incapacidade e/ou deficiência;
- k) Declaração comprovativa da regulação das responsabilidades parentais, com indicação do valor da pensão de alimentos estipulada;
- l) Fotocópia dos documentos comprovativos das despesas dedutíveis;
- m) Apresentação de 3 orçamentos relativos a equipamento e/ou serviço a adquirir, quando aplicável.
- n) O requerente pode apresentar outros documentos que entenda relevantes para a análise da sua situação económica e social.
- o) Os serviços municipais competentes podem, em caso de dúvida relativamente a qualquer dos elementos constantes do processo, solicitar informações e ou documentos complementares, bem como realizar as diligências necessárias no sentido de aferir da sua veracidade, nomeadamente, junto das entidades ou serviços competentes.

L: Grelha de avaliação de competências transversais de estágio

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Grelha de competências transversais para os estágios da ESECS- IPL					
I- Insuficiente; S- suficiente; B- Bom; MB- Muito bom; E- Excelente I- <10; S- 10 a 13; B- 14 a 15; MB- 16 a 17; E- 18 a 20 (valores) NA- Não se aplica	I	S	B	MB	E
Competências instrumentais					
1) Comunica com clareza os resultados/conclusões do trabalho desenvolvido, bem como ao processos, métodos e raciocínios que lhes estiveram subjacentes.				16	
2) Pesquisa, analisa e sistematiza de forma adequada a informação.				16	
3) Define de forma clara metas e objetivos, baseados na análise das necessidades dos contextos em que participa.				16	
4) Desenvolve planos de ação adequados as metas e objetivos a alcançar.					18
5) Utiliza, adequadamente, conhecimentos, procedimentos e competências técnicas, da sua área de especialização.				16	
Competências interpessoais					
6) Interage de forma assertiva com a equipa de trabalho, revelando empatia e respeito pelas pessoas.					19
7) Interage de forma adequada com os utentes/clientes, salvaguardando a sua dignidade e respeito.					20
8) Interage de forma adequada com profissionais de outras entidades/organizações/instituições.					20

Competências sistêmicas				
9) No plano interno, compreende o conjunto de relações que estabelecem entre subsistemas/setores/serviços da instituição/organização onde desenvolve as suas atividades principais, numa lógica integrada.				18
10) No plano externo, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre a organização/instituição onde desenvolve as suas atividades principais, e as restantes instituições (a nível local, comunitário, regional e nacional), numa logica integrada.				18
Outras competências				
11) Comparece assiduamente ao serviço, de acordo com o horário estabelecido com a instituição/organização.				16
12) É pontual.				16
13) Assume e desenvolve, de forma responsável, as funções/tarefas que lhe são confiadas.				17
14) Integra e promove, na prática, a dimensão ética da profissão.				18
15) Revela consciência crítica sobre praticas/posturas institucionais, profissionais e sociais (articulando conhecimentos teóricos e práticos com responsabilidade pessoal e profissional).				17
16) Atua de forma proativa, propondo ideias, iniciativas e procedimentos relevantes para a melhoria do funcionamento da instituição/organização.				17
17) Evidencia capacidade de se distanciar e refletir criticamente sobre as situações.				16
18) Compreende as necessidades das pessoas/organizações/instituições e propõe ideias/procedimentos inovadores e criativos.				17
19) Mostra uma atitude de abertura e capacidade de adaptação à mudança.				19
20) Revela empenho em aprender e aperfeiçoar-se continuamente.				19



Ana Filipa Soledade
 Chefe da Divisão Desenvolvimento
 Social e Saúde

Média: 17,5

M: Avaliação qualitativa da orientadora local de estágio

Estágio de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Mestranda: Ana Rita Fonseca

Professor Supervisor: Prof. Doutor Rui Santos

Orientadora na Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde (DIDSS) do Município de Leiria: Ana Filipa Soledade

Ao longo dos meses de estágio no âmbito do Mestrado, a Rita desenvolveu um conjunto de competências pessoais, sociais e profissionais que lhe permitirão ser uma Profissional com ética, com capacidade de mediação e definição de estratégias de intervenção social, com os mais diversos grupos sociais.

O estágio desenvolveu-se na DIDSS e abrangeu todas as áreas funcionais da Unidade Orgânica: Atendimento e Acompanhamento Social (GAS – Gabinete de Atendimento Social; acompanhamento de casos relacionados com a intervenção SOS Ucrânia com o equipamento e acolhimento das famílias deslocadas da Ucrânia, na “Casa de S. Romão”, espaço de transição e autonomização); Visitas Domiciliárias (incluindo acompanhamento de situações de despejo) e monitorização de Projetos de intervenção social; desenvolvimento e apoio em atividades de mediação no Projeto “Mediar para Incluir”, financiado pelo POISE (intervenção em meio escolar com crianças do 1º CEB na área da interculturalidade e na mediação com a comunidade cigana). Estas são, sem dúvida, atividades em que a mediação e as suas competências foram colocadas à prova. A Rita mostrou-se observadora, ponderada e respeitadora do espaço e tempo de cada indivíduo o que lhe facilitou a melhoria da intervenção ao longo do estágio.

A principal função da Rita, a determinado momento, fruto da saída de uma técnica na área da saúde, foi ficar responsável pela implementação no terreno, com um grupo de voluntários/as que coordenava e organizava, pela Coorte LiSa – estudo longitudinal a 4

anos sobre literacia em saúde, no concelho de Leiria. O estudo tem uma amostra estratificada por freguesia, por sexo e por idade o que levou a vários constrangimentos que foram sendo ultrapassados com a resiliência e empenho da equipa. A Rita mostrou-se uma motivadora e mediadora, no terreno. Cumpriu as tarefas que lhe foram solicitadas e sugeriu ações de melhoria em relação ao mesmo.

A Rita cresceu de estagiária, com muito pouca experiência no terreno, a uma colaboradora com quem a equipa podia contar.

“Uma menina-mulher empoderada, consegue tudo.”

Leiria, 3 de julho de 2023

A Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde
da Câmara Municipal de Leiria,

Ana Filipa Soledade



N:

Figura 2: Entrega de cabazes a pessoas em situação de vulnerabilidade social



17

¹⁷ Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

O:

Figura 3: Casa de transição (São Romão)



18

¹⁸ ¹⁸ Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

P:

Figura 6: Discurso da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Paula Antunes



19

¹⁹ Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

Q:

Figura 7: Celebração Dia Internacional da Mulher



20

R: LISA (Estudo de corte da literacia em saúde no concelho de Leiria)

Objetivos do estudo

O estudo LISA consiste numa pesquisa a longo prazo que tem como objetivo avaliar a literacia em saúde na população adulta que reside no concelho de Leiria ao longo dos próximos 10 anos. O estudo procura ainda concretizar objetivos secundários, como caracterizar a ansiedade, depressão, risco metabólico e hábitos de vida, como consumo

²⁰ Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

excessivo de álcool, tabagismo e prática de atividade física, na mesma amostra populacional e no mesmo período de tempo.

Por meio da recolha desses dados, espera obter-se um panorama da situação da literacia em saúde no concelho de Leiria, o que permitirá uma resposta adequada às necessidades identificadas. Com base nesses dados, espera-se que as intervenções planejadas contemplem mudanças na disponibilização de informações sobre saúde, incluindo uma utilização correta e mais eficiente dos serviços de saúde, melhorando a acessibilidade ao sistema.

Do ponto de vista dos utentes, este projeto tem como objetivo capacitar a população por meio de intervenções que promovam a literacia em saúde. Do ponto de vista dos profissionais de saúde, permitirá o desenvolvimento de planos de intervenção com foco mais preciso, investindo em estratégias inovadoras que exigirão aprimoramento de habilidades por parte dos profissionais envolvidos. Ao identificar as necessidades em literacia em saúde, as intervenções futuras nessa população visam melhorar a efetividade das áreas de educação para a saúde, validando simultaneamente as estratégias de comunicação utilizadas para alcançar esses objetivos.

Métodos

- Desenho do estudo

O estudo está a ser desenvolvido e implementado por uma equipa multidisciplinar (epidemiologistas, médicos, enfermeiros, designers, autarcas, entre outros) e interinstitucional. É um estudo de coorte fechada, longitudinal, prospetivo ao longo dos próximos 10 anos com 5 vagas de recolha de dados. As diretrizes dos estudos observacionais em epidemiologia (STROBE) foram aplicadas ao desenho do estudo 4. A primeira recolha de dados (baseline) será realizada presencialmente porta a porta, com uma rota pré-estabelecida, os restantes contactos serão realizados via telefone.

Para o sucesso do estudo ao longo do tempo entrevistámos experts em estudos de coorte e potenciais participantes no estudo através de metodologias de service design, nomeadamente, entrevistas informais e user groups definition.

A grande vantagem do estudo de coorte é ser um estudo longitudinal, onde se consegue

observar as mudanças ao longo do tempo. Prevê-se o início da primeira recolha de dados para outubro de 2022.

- População do estudo

A população do estudo será composta por adultos (≥ 18 anos) não institucionalizados e

residentes em domicílios particulares no concelho de Leiria. Por não existir uma lista confiável de domicílios em Portugal, será realizada uma seleção aleatória de pontos no mapa de cada freguesia. Os endereços serão selecionados (pontos no mapa) e, em seguida, os “passeios aleatórios” serão iniciados. Em cada domicílio, será selecionado para a entrevista a pessoa cuja data de aniversário seja mais próxima do dia da visita (com idade igual ou superior a 18 anos) e, se disponível, será imediatamente convidada a responder ao questionário.

- Dimensão da amostra

A amostra será constituída por 4003 residentes (2001 homens e 2002 mulheres) no concelho e Leiria com idade igual ou superior a 18 anos. Foi calculada uma amostra aleatória estratificada por sexo e escalão etário (18-29, 30-64, 65 ou mais), para um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, neste caso a amostra deveria ser composta por 2287 participantes. No entanto, estudos anteriores 5 indicam que há uma elevada taxa de desistência dos participantes ao longo do tempo (lost to follow-up) em estudos longitudinais, chegando a aproximadamente 50% na 3ª vaga. Uma vez que estão previstas 5 vagas, a amostra foi aumentada em 75%. Ou seja, devem ser recolhidos dados de 4003 participantes.

- Fase de recrutamento: entrevista presencial

A equipa de entrevistadores que realizará a recolha de dados da baseline será composta por 20 entrevistadores voluntários. Estes voluntários serão selecionados pela equipa responsável pelo estudo e posteriormente terão acesso a uma formação onde serão abordados tópicos relacionados com o desenho do estudo, características do estudo, logística, questões éticas e legais, metodologia de seleção de amostras, procedimentos de entrevista (exercícios de roll-play) e domínio do software a aplicar.

Os entrevistadores têm de estar motivados e conhecer muito bem o estudo e os seus objetivos. Para tal desenhou-se um manual/guião do entrevistador com todos os pormenores do estudo. Há um coordenador dos entrevistadores que irá gerir as equipas de entrevistadores (agendamento das entrevistas, deslocações, etc), gerir conflitos e certificar-se que a interação dos entrevistadores com os participantes é realizada corretamente e de acordo com o guião.

O estudo Lisa já foi apresentado à comunidade na Aldeia da Saúde e nos meios de comunicação (jornais) da cidade de Leiria.

- Recolha de dados

A primeira recolha de dados será realizada através de uma entrevista presencial com o sistema Computer Assisted Personal Interview (CAPI): todos os entrevistadores levarão um tablet com o software LimeSurvey onde estará disponível o questionário desenvolvido pela equipa do estudo. O mesmo questionário será aplicado no ano zero (baseline) e passados 2anos, 4 anos, 6 anos e 8 anos após o início. O questionário já validado é composto por 6 secções e respetivos consentimentos informados (figura 1) e levará aproximadamente 30 minutos a responder.

- Variáveis em estudo

O questionário desenvolvido está estruturado (figura 1) e pretende medir literacia em saúde, ansiedade e depressão, risco metabólico, frequência de exercício físico, consumo de álcool e tabaco.

A literacia em saúde será medida através do European Health Literacy Survey (HLS-PT-Q16).

Cada item do questionário avalia a dificuldade percebida pelo inquirido na realização de

uma tarefa específica relacionada à saúde. O HLS-PT-Q16 é um questionário mais reduzido do HLS-EU-Q47 6 foi traduzido e validado anteriormente para a língua portuguesa. Com a aplicação deste instrumento, ficaremos a conhecer a literacia em saúde no geral, literacia em cuidados de saúde, literacia em prevenção de saúde e literacia em promoção da saúde.

Para avaliar os sintomas de ansiedade e depressão irá ser aplicada a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS), versão validada em português 7 . O risco metabólico vai ser avaliado através da ferramenta FINDRISC, que permite identificar indivíduos com alto risco de aparecimento de diabetes mellitus tipo 2, sem a necessidade de exames laboratoriais 8,9 .

O consumo de álcool e tabaco serão medidos através do AUDIT e Fagerstrom.

- Validade do estudo

Os entrevistadores voluntários terão acesso a uma formação e só começarão o seu trabalho após garantia de qualidade. Os dados recolhidos serão controlados diariamente e caso haja algum problema identificado coordenador dos entrevistadores terá de intervir. Será realizada mensalmente uma análise aos dados recolhidos até à data para monitorizar a sua qualidade. Essa análise estatística será realizada a diferentes níveis: por equipas de entrevistadores, por freguesias, escalões etários e sexo, com objetivo de minimizar erros nos dados.

Os dados recolhidos serão guardados num servidor específico com elevado nível de segurança.

- Follow-up

A recolha de novos dados será efetuada a cada 2 anos via chamada telefónica. As variáveis de interesse e os respetivos instrumentos de medida serão reexaminados com o objetivo de melhorar alguma falha da recolha de dados anterior.

Uma das abordagens para evitar o abandono dos participantes (loss to follow-up) é garantir uma boa comunicação entre a equipa do estudo (entrevistadores, investigadores,

profissionais de saúde, autarcas) e os participantes da coorte, usando canais de comunicação eficazes, atualizados, e dar rápido feedback sobre as informações de saúde ao participante.

As razões pelas quais os participantes abandonam o estudo serão documentadas com o objetivo de analisar o viés dos resultados do estudo.

- Gestão de dados e ética

Este estudo está a ser promovido no estrito cumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, nomeadamente pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de Abril) na sua atual redação, bem como pelos requisitos internacionais das Boas Práticas Clínicas. A equipa de investigação substituirá o NIF de cada participante por um código alfanumérico resultante de uma função de hash.

Este código será associado à informação do estudo de modo a que uma tentativa de identificação dos dados que o originaram, dificilmente seja bem-sucedida.

Os dados que identificam o participante são mantidos apenas pela Investigadora Responsável do estudo em local seguro e só esta poderá aceder à identidade dos participantes. O código alfa-numérico será gerado através de uma aplicação informática desenvolvida à medida e terá como único utilizador a investigadora responsável. Todos os ficheiros eletrónicos terão restrição de permissão de acesso aos conteúdos, acautelando que as informações confidenciais possam, desejavelmente, ser acedidas, impressas, reencaminhadas ou copiadas apenas por pessoas autorizadas.

O estudo já foi submetido e aprovado pela comissão de ética de uma instituição de ensino superior.

- Análise estatística

Serão calculadas estatísticas descritivas (média, desvio padrão, mediana, mínimo, máximo, intervalo interquartil, frequências absolutas e relativas) para descrever as características sociodemográficas da coorte (sexo, idade, escolaridade e estado civil).

Serão calculados testes paramétricos e/ou não paramétricos (caso a distribuição normal ou homogeneidade das variâncias não se verifique) para comparar os diferentes grupos. No caso de 3 ou mais grupos a comparar será usada a análise de variância (ANOVA) ou ANOVA de Friedman. Também serão usados testes do qui-quadrado ou teste exato de Fisher (caso os critérios de Cochran não se verifiquem) para comparar variáveis categóricas.

Regressões lineares e/ou logísticas serão calculadas para analisar o efeito de algumas condições específicas (ansiedade, depressão, doenças metabólicas, entre outras) na literacia em saúde, controlando os potenciais fatores de confusão e também analisando possíveis interações.

Tendo em consideração os dados recolhidos no follow up, as mudanças na literacia em saúde, ansiedade e depressão serão avaliadas por meio de análise de variância para medidas repetidas.

Discussão da relevância do estudo

O European Health Literacy Survey (HLS-EU) revelou que 47,6% dos inquiridos na Europa tinham uma literacia em saúde limitada (insuficiente ou problemática), e quando aplicado em território nacional, incluindo as regiões autónomas, essa percentagem aumentou para os 61%. Este problema tem que ser ultrapassado, baixos níveis de literacia em saúde estão relacionados com uma menor capacidade de gerir doenças crónicas, maior número de internamentos, uso incorreto de serviços de emergência e uso pouco frequente de práticas preventivas. Considerando o impacto dos níveis de literacia na saúde individual e coletiva, na utilização dos serviços de saúde e, conseqüentemente, nos gastos com saúde, o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico para o nível de literacia em saúde das populações tornou-se crucial.

O estudo Lisa é um estudo de coorte a ser implementado num município por uma equipa multidisciplinar (epidemiologistas, médicos, enfermeiros, designers, autarcas, entre outros) e interinstitucional que visa caracterizar o nível de literacia em saúde da população do município. Para além disso o estudo aborda outras temáticas de extrema importância,

entre as quais as características sociodemográficas da população, ansiedade e depressão, o risco metabólico, e determinados aspetos do estilo de vida (como o consumo de álcool, tabagismo e a prática de exercício físico).

Consideramos que este estudo terá um grande impacto na sociedade e poderá contribuir para a melhoria de determinados problemas atuais. Num sistema de saúde com recursos escassos, de forma a promover a equidade perante os cidadãos é essencial conhecer os comportamentos com influência no estado de saúde das pessoas. Os instrumentos de medição permitirão um diagnóstico da situação no município em estudo,

consequentemente, serão a base para uma resposta adequada à situação, promovendo o acesso a cuidados ou a programação de literacias específicas das prioridades identificadas.

Só conhecendo o nível de literacia nas diversas áreas em estudo se poderão identificar as lacunas e desenvolver programas que permitam a cada cidadão uma tomada de decisão informada. É importante identificar, interpretar e comunicar o problema para que possam ser tomadas medidas específicas para ultrapassá-lo.

S: Amostra até ao momento do Estudo LiSa

CLASSIFICAÇÃO	Qual a sua data de nascimento?	Qual é o seu peso (em kg)?	Qual a sua altura (em centímetros)?	Idade	Média idade
Inadequado	1945-04-24 00:00:00	67	159	77,81	66,59
Inadequado	1952-12-13 00:00:00	46	163	70,18	
Inadequado	1944-02-08 00:00:00	85	157	79,13	
Inadequado	1955-02-16 00:00:00	65	156	68,00	

Inadequado	2002-01-11 00:00:00	53	160	21,18
Inadequado	1958-01-16 00:00:00	87	18	65,18
Problemático	1953-09-08 00:00:00	67	153	69,44
Problemático	1952-11-01 00:00:00	64	175	70,29
Problemático	1970-11-15 00:00:00	74	153	52,41
Problemático	1956-03-20 00:00:00	70	173	66,91
Problemático	1987-06-22 00:00:00	46	167	35,65
Problemático	2002-07-03 00:00:00	90	175	20,72
Problemático	1970-01-03 00:00:00	57	147	53,23
Problemático	1992-03-11 00:00:00	88	182	31,05
Problemático	1959-02-02 00:00:00	60	157	64,17
Problemático	1955-06-09 00:00:00	70	168	67,85
Problemático	1970-04-18 00:00:00	80	1,74	52,99
Problemático	1959-11-18 00:00:00	71	156	63,33
Problemático	1994-11-08 00:00:00	75	166	28,36
Problemático	1972-10-09 00:00:00	80	180	50,45
Problemático	1970-06-03 00:00:00	68	161	52,81
Problemático	1961-07-19 00:00:00	72	176	61,68
Problemático	1964-01-17 00:00:00	67	160	59,24
Problemático	2000-06-20 00:00:00	70	180	22,65
Problemático	1961-02-19 00:00:00	82	168	61,99
Problemático	1961-11-29 00:00:00	68	1,61	61,21
Problemático	1961-03-29 00:00:00	58	1,66	61,90
Problemático	2023-03-18 00:00:00	68	165	
Problemático	1989-12-18 00:00:00	93	163	33,25
Problemático	1951-10-11 00:00:00	58	156	71,44
Problemático	1966-01-09 00:00:00	72	151	57,22
Problemático	1993-04-27 00:00:00	70	181	29,97
Problemático	1979-10-24 00:00:00	94	185	43,34

Problemático	1990-08-23 00:00:00	58	175	32,58	
Problemático	1944-05-06 00:00:00	74	145	78,88	
Problemático	1952-08-24 00:00:00	75	178	70,59	
Problemático	1994-10-30 00:00:00	71	172	28,46	
Problemático	2002-07-30 00:00:00	75	167	20,55	
Problemático	2002-04-28 00:00:00	63	1,61	20,80	
Problemático	1956-04-16 00:00:00	69	158	66,83	
Problemático	1991-03-06 00:00:00		163	31,95	
Problemático	1951-10-01 00:00:00	65	151	71,38	
Problemático	1980-12-11 00:00:00	67	160	42,19	
Problemático	2001-04-04 00:00:00	70	184	21,95	
Problemático	1950-11-21 00:00:00	65	169	72,33	
Problemático	1957-01-10 00:00:00	90	162		
Problemático	1982-10-19 00:00:00	85	153	40,43	
Problemático	1997-03-13 00:00:00	68	168	26,06	
Problemático	1971-07-10 00:00:00	53	170	51,77	
Problemático	1972-05-05 00:00:00	85	160	50,94	
Suficiente	1976-03-21 00:00:00	80	158	46,90	47,24
Suficiente	1998-07-22 00:00:00	65	160	24,57	
Suficiente	1957-01-22 00:00:00	73	171	66,07	
Suficiente	1959-01-24 00:00:00	65	155	64,06	
Suficiente	1983-09-24 00:00:00	74	169	39,42	
Suficiente	1948-11-20 00:00:00	74	150	74,27	
Suficiente	1986-07-31 00:00:00	70	162	36,63	
Suficiente	1959-04-16 00:00:00	78	181	63,93	
Suficiente	1986-08-10 00:00:00	75	183	36,61	
Suficiente	1986-11-25 00:00:00	89	187	36,32	
Suficiente	1980-10-05 00:00:00	64	162	42,45	
Suficiente	1974-04-14 00:00:00	64	174	48,94	
Suficiente	1983-06-18 00:00:00	47	159	39,77	

Suficiente	1960-02-17 00:00:00	68	150	63,12
Suficiente	1993-03-09 00:00:00	80	175	30,07
Suficiente	1993-10-08 00:00:00	61	167	29,49
Suficiente	2003-02-06 00:00:00	59	155	20,18
Suficiente	1965-10-21 00:00:00	106	183	57,48
Suficiente	2023-04-15 00:00:00	108	185	
Suficiente	#####	70	170	80,96
Suficiente	1950-12-20 00:00:00	67	157	72,16
Suficiente	1957-08-09 00:00:00	64	1,56	65,61
Suficiente	1984-01-07 00:00:00	43	146	39,19
Suficiente	1975-12-22 00:00:00	84	180	47,24
Suficiente	2000-05-26 00:00:00	55	1,5	22,81
Suficiente	1985-09-17 00:00:00	62	164	37,52
Suficiente	1984-06-03 00:00:00	88	175	38,82
Suficiente	1992-06-07 00:00:00	96	185	30,85
Suficiente	1999-02-15 00:00:00	48	157	24,16
Suficiente	1954-06-24 00:00:00	73	1,68	68,81
Suficiente	1962-06-21 00:00:00	81	1,75	60,81
Suficiente	1999-10-02 00:00:00	120	172	23,37
Suficiente	1976-03-17 00:00:00	67	156	46,91
Suficiente	1995-04-09 00:00:00	45	162	27,85
Suficiente	1950-07-10 00:00:00	55	160	72,60
Suficiente	1968-03-24 00:00:00	73	150	54,90
Suficiente	1980-06-04 00:00:00	72	163	42,72
Suficiente	1996-12-18 00:00:00	54	168	26,24
Suficiente	1949-12-27 00:00:00	62	160	73,22
Suficiente	1977-10-22 00:00:00	75	157	45,40
Suficiente	1973-06-19 00:00:00	87	175	49,75
Suficiente	1960-04-06 00:00:00	74	174	62,95
Suficiente	1988-01-26 00:00:00	83	184	35,16

Suficiente	1969-03-13 00:00:00	55	160	54,03
Suficiente	1969-10-16 00:00:00	110	190	53,45
Suficiente	1989-09-04 00:00:00	70	1,7	33,57
Suficiente	1980-05-23 00:00:00	90	162	42,86
Suficiente	1947-11-14 00:00:00	88	176	75,25
Suficiente	1952-08-02 00:00:00	63	1,62	70,54
Suficiente	1939-08-11 00:00:00	83	175	83,52
Suficiente		72	165	
Suficiente	1968-03-23 00:00:00	72	168	54,93
Suficiente	1969-09-05 00:00:00	72	1,62	53,53
Suficiente	1951-12-01 00:00:00	82	170	71,30
Suficiente	1942-03-24 00:00:00	84	163	81,00
Suficiente	1988-12-29 00:00:00	57	156	34,24
Suficiente	2003-08-07 00:00:00	75	167	19,68
Suficiente	2002-07-25 00:00:00	80	167	20,71
Suficiente	1972-08-22 00:00:00	102	164	50,65
Suficiente	1965-03-24 00:00:00	70	154	58,06
Suficiente	1968-05-12 00:00:00	95	181	54,76
Suficiente	1939-08-11 00:00:00	82	167	83,60
Suficiente	1970-06-20 00:00:00	80	164	52,75
Suficiente	1958-09-26 00:00:00	97	169	64,49
Suficiente	2000-05-20 00:00:00	71	175	22,85
Suficiente	1977-12-04 00:00:00	78	178	45,32
Suficiente	1953-02-20 00:00:00	66	164	70,15
Suficiente	2001-03-09 00:00:00	69	174	22,03
Suficiente	1968-12-03 00:00:00	80	181	54,32
Suficiente	1954-03-25 00:00:00	57	156	68,92
Suficiente	1993-06-12 00:00:00	78	164	29,76
Suficiente	1967-09-05 00:00:00	65	166	55,56
Suficiente	1982-06-08 00:00:00	79	169	40,81

Suficiente	1984-10-08 00:00:00	74	170	38,48	
Suficiente	1939-07-26 00:00:00	76	173	83,68	
Suficiente	1971-07-04 00:00:00	55	157	51,78	
Suficiente	1951-10-14 00:00:00	72	179	71,34	
Suficiente	1988-06-05 00:00:00	61	1,59	34,70	
Suficiente	1976-07-03 00:00:00	90	177	46,64	
Suficiente	1981-09-15 00:00:00	70	160	41,50	
Suficiente	1983-08-06 00:00:00	70	153	39,64	
Excelente	1957-11-05 00:00:00	60	174	65,28	48,60
Excelente	1974-07-10 00:00:00	95	165	48,60	
Excelente	2003-06-30 00:00:00	85	180	19,74	
Excelente	1998-04-09 00:00:00	61	181		
Excelente	1990-03-06 00:00:00	78	168	32,97	
Excelente	1964-08-24 00:00:00	59	155	58,51	
Excelente	#####	80	188	70,98	
Excelente	1967-09-26 00:00:00	76	177	55,39	
Excelente	1995-09-24 00:00:00	61	172	27,53	
Excelente	1979-09-16 00:00:00	80	164	43,42	



Apêndices

Apêndice A: Caracterização do projeto Por Todos

Caracterização	Financiador	Objetivos	Destinatários	Ações previstas	Ações realizadas	Instrumentos de avaliação
Projeto						
Projeto POR TODOS	Câmara Municipal de Leiria	-Promover o diálogo entre culturas, valorizando as suas especificidades e celebrando as suas diferenças e semelhanças	Comunidade educativa	-Ações de sensibilização; -Dinâmicas de grupo; -Capacitação de docentes e não docentes acerca das respostas existentes; - Criação de inovadoras ações de intervenção integrada indo ao encontro de cada contexto escolar	-Realização de ações de sensibilização em cada Agrupamento de Escolas	-Avaliação da convivência social; -Incentivar a partilha entre culturas; -Assumir uma postura proativa, atenta aos desafios e riscos aos quais possam estar expostos; -Promover a interculturalidade

Apêndice B: Caracterização do projeto + Perto de Si

Caracterização					
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas
+Perto de Si	-Câmara Municipal de Leiria	-Divulgação dos diferentes programas de Ação Social e respetivos apoios que a Câmara Municipal de Leiria dispõe	População do concelho de Leiria	Juntas de freguesias do concelho	-Divulgação dos programas de Ação Social

Caracterização	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas	Instrumentos de avaliação
Viver Melhor	Câmara Municipal de Leiria	-Promoção da inclusão social - Desenvolvimento de medidas ativas de inclusão e participação cívica do maior número de moradores e comunidade envolvente -Promoção da inclusão social através de ações de desenvolvimento comunitário; animação sócio-cultural; literacia em saúde, prática desportiva	Idosos	-União de freguesias de Marrazes e Barosa -ACES/Pinhal Itoral –Unidade de Cuidados na Comunidade Arnaldo Sampaio -NHC (social)Cooperativa de Solidariedade -Agrupamento de Escolas de Marrazes -AMITEI -Filarmónica São tiago de marrazes -Associação de Moradores do BSC -PSP – Esquadra de Marrazes	-Retoma das classes de mobilidade -Atividades conjuntas com CLDS De’L Rei -Apoio á população – atendimento psicossocial -Definição de ações conjuntas com Unidade de Cuidados na Comunidade -Curso de iniciação á costura - Experimentação de aula com ADDDL -Artes Manuais -Visita ao Castelo e Parque do Troncão Dia Eco-escolas	-Ações Promoção atividade física Classes Mobilidade (Filarmónica); -Classes de mobilidade (Filarmónica) vão á rua; -Literacia em saúde (UCC); - Reminiscências (Com CLDS 4G); -Aula de dança Colaboração com Projeto SOMA ADDDL; -Artes manuais (voluntárias do Projeto); -Piquenique no Parque do Troncão; -Curso de iniciação á costura (Assoc. Pipocas IP); -Dia do Idoso; -Visita ao Castelo; Dia Eco-escolas – com AEM	-Avaliação da convivência social; Incentivar a partilha entre culturas; -Assumir uma postura proativa, atenta aos desafios e riscos aos quais possam estar expostos; -Promover a interculturalidade

Apêndice C: Caracterização do projeto Viver Melhor

Apêndice D: Caracterização do projeto Táxi Social 65+

Caracterização				
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Ações previstas
Táxi Social 65+	-Câmara Municipal de Leiria	-Aproximar os cidadãos aos serviços de saúde, principalmente aqueles que se encontram em situação mais vulnerável, nomeadamente os idosos que se encontram em situação de isolamento ou não possuem suporte familiar; -Apoiar as duas associações de táxis do concelho, que seguramente irão ter um incremento de solicitações	Pessoas com mais de 65 anos, residentes no concelho de Leiria e, seniores com rendimentos iguais ou inferiores ao valor do IAS/2023 (480,43 euros)	-Disponibilização de transporte de táxi para consultas ao Hospital ou aos Centros de Saúde, tratamentos, exames complementares de diagnóstico e internamentos

Apêndice E: Caracterização do projeto Rede de Emergência

Caracterização						
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas
Rede de Emergência Alimentar	-ENTRAJUDA; -Bolsa do Voluntariado; -Federação Portuguesa dos Bancos alimentares contra a fome; -Banco alimentar contra a fome	-Permitir levar alimento a quem dele carece; -Apoiar quem tem baixos recursos económicos e não tenha capacidade e de suportar o custo de alimentação	Pessoas carencia das mais fragilizadas	-Associação do Bazar do Corpo Diplomático; -Ambassade de France au Portugal; -Amcor; -Ascendi; -Associação de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa; -Associação das Famílias dos Diplomas Portugueses; - BARCLAYS; -BBVA; -Betway; -BNP PARIBAS;	- Responder, de forma excepcional, à emergência social que resulta da crise sanitária	-Estes voluntários, devidamente protegidos, realizaram em horário e local definidos o transporte das refeições confeccionadas ou dos produtos para os pontos de entrega ou para as residências das pessoas carenciadas mais fragilizadas, reduzindo o número de pessoas em circulação, mas garantindo o abastecimento e envolvendo as estruturas já existentes e canais já montados

				<ul style="list-style-type: none"> -Boutique dos Relógiis; -BPI; -CAF; -Cáritas; -CEIIA; -Cereais do Alentejo; -Cersul; -CGI; -Critical; -Copam; -Danone; -Deloitte; -Edp; -EDP Maratona do Porto; -Ervideira; -Espiga; -Esporão; -Finsolutia; -Federação Portuguesa de Futebol; -FLAD; -FLG; -Flores no Cais; -Fundação Calouste Gulbekian; -Funación Cespa; -Fundação do Futebol; -Fundação Galp; -Fundação Millenium BCP; -Galp; -Germen; -Global Media; - Google;Graph icsleader; -Grupo Sousa; -Guloso; -Hovione; -Instituto Ótico; -JB Fernandes; -Jerónimo Martins; JOGA; -JTI; 		
--	--	--	--	---	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> -LAPS; -Lidl; -LIFT; -Link; -Luís Simões; -Mary Kay; -Multibanco; -MBWay; - McKinsey&C ompany; -Mercer; -Merck; -Missão Continente; -Multilem; -Mutualista açoreana; -Nestle; -NSK; -oBoticário; -Pepsico; -Pêradoce; -P&G; -Porsche; -Prolacto; -RAR; -SaucaPack; -Santander; -SIBS; -SmileUp; -Sony Music; -Sovena; Tabaqueira; -TEAK; -Thales; -Toranja; -Torrestie; -TVI; -WebSummit; -Zomato 		
--	--	--	--	--	--	--

Apêndice F: Caracterização do projeto PMIM

Caracterização				
Projeto	Objetivos	Destinatários	Ações previstas	Instrumentos de avaliação
PMIM- Plano para a Integração de Migrantes do Município de Leiria	Consultar anexo 2.	-População migrante do concelho de Leiria	Consultar anexo 3.	-Coerência; -Pertinência; -Eficiência; -Eficácia; -Impacto; -Equidade; -Sustentabilidade

Caracterização							
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas	Instrumentos de avaliação
Mediar para Incluir	POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego)	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da interculturalidade no contexto escolar; - Redução de absentismo e abandono escolar; - Prevenção de conflitos; - Promoção da escolaridade de crianças e jovens ciganos 	-Agrupamento de Escolas e Escolas Secundárias	<ul style="list-style-type: none"> -INPULSAR; -Agrupamento de Escolas D. Dinis; -Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira; -Agrupamento de Escolas Colmeias; -Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus; -Agrupamento de Escolas Henrique Sommer; -Agrupamento de Escolas Marrazes; -Agrupamento de Escolas Caranguejeira-Santa Catarina da Serra; -Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel; -Escola Secundária Afonso Lopes Vieira; -CDSS Leiria; -IEFP; -GNR; -PSP; -UCC Arnaldo Sampaio; -UCC Gorjão Henriques; -EAPN 	<ul style="list-style-type: none"> -Realização de ações de sensibilização em cada Agrupamento de Escolas -Construção de uma história com personagens e acontecimentos sugeridos pelas crianças 	<ul style="list-style-type: none"> -Realização de ações de sensibilização em cada Agrupamento de Escolas; -Construção de uma história com personagens e acontecimentos sugeridos pelas crianças 	<ul style="list-style-type: none"> -Avaliação da convivência social; Incentivar a partilha entre culturas; -Assumir uma postura proativa, atenta aos desafios e riscos aos quais possam estar expostos; -Promover a interculturalidade

Apêndice G: Caracterização do projeto Mediar para Incluir

Caracterização					
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas
	-Câmara Municipal de Leiria	-Aumentar o conhecimento sobre as temáticas escolhidas pelos jovens;	Jovens adolescentes, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos, que praticam	-GDRCU- Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural “Unidos”; -GAU- Grupo Alegre e Unido;	-Educação pelos pares; -Dinâmicas de grupo com jovens mentores para que estes possam dinamizar podcasts para os colegas e para outros jovens

Jogo Limpo		<ul style="list-style-type: none"> -Diminuir os mitos e crenças associados às temáticas; -Potenciar a reflexão sobre os temas; -Promover a tomada de decisão informada e consciente por parte dos jovens; -Promover competências de liderança partilhada 	futebol em clubes, associações, academias	<ul style="list-style-type: none"> -GDRBI- Grupo Desportivo e Recreativo Bidoeirense; -CDC- Clube Desportivo e Cultural da Caranguejeira; -AADCCMI- Associação Academia Desportiva Colégio Conciliar Maria Imaculada- ADCMI; -AMRFA- Associação MR Football Academy; -Costifoot- Associação Academia Desportiva e Cultural; -GRAP- Grupo Recreativo Amigos da Paz; -UDL- União Desportiva de Leiria; -SCLM- Sport Clube Leiria e Marrazes; -MC- Motor Clube; -Bola Tangente- Núcleo de Formação Infantil e Juvenil de Futebol; -UDS- União Desportiva da Serra; -GDRBV- Grupo Desportivo e Recreativo da Boavista; -GDSA- Grupo Desportivo de Santo Amaro 	(intercambio entre Academias)
-------------------	--	--	---	--	-------------------------------

Apêndice H: Caracterização do projeto Jogo Limpo

Caracterização	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas
Projeto						
Gabinete de Apoio ao Emigrante - GAE	Instituto Nacional para a Reabilitação	-Presta apoio e informação aos cidadãos portugueses na área social, jurídica, económica, educação, emprego e formação profissional,	-Portugueses que estão emigrados; -Portugueses que já regressaram; -Cidadãos que pretendem iniciar processo bem como os seus familiares	Câmara Municipal de Leiria	Atendimento de ação social	Atendimento de ação social

		orientando-as para os serviços públicos vocacionados para o esclarecimento de dúvidas ou resolução de problemas mais específicos.				
--	--	---	--	--	--	--

Apêndice I: Caracterização do projeto GAE

Caracterização	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas	Instrumentos de avaliação
Projeto							
Estudo LiSa	- Município de Leiria	-Medir a literacia em saúde na população adulta residente no concelho de Leiria ao longo dos próximos 10 anos	-População adulta residente no concelho de Leiria	-Politécnico de Leiria; -ACES Pinhal Litoral; -LIDA	-Entrevista porta a porta aos residentes de cada freguesia do concelho de Leiria	-Formações aos entrevistadores voluntários; -Inquéritos porta a porta na freguesia Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	-O <i>European Health Literacy Survey (HLS-EU)</i> apresenta-se como um instrumento adequado para aferir o nível de literacia em saúde de cada indivíduo

Apêndice J: Caracterização do projeto Estudo LiSa

Caracterização	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Instrumentos de avaliação
Projeto						
ELH- Estratégia Local de Habitação	Câmara Municipal de Leiria	-Acesso à habitação por parte da população; -Equilíbrio entre os vários segmentos de ofertas habitacionais e na funcionalidade global do sistema; -Qualificação do edificado e coesão sócio territorial; -Identificação das soluções habitacionais que se pretendem desenvolver no território, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a coesão social e territorial	População Leiriense	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	-Definir a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação à escala local, tendo por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, essencial para identificar as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência e definir as soluções habitacionais que serão desenvolvidas neste concelho	-Reuniões de coordenação, de carácter semestral; -Reuniões de operacionalização/plataforma de ativação, de carácter anual; -Sessões periódicas abertas à comunidade; -Elaboração de relatórios anuais de monitorização de implementação e de resultados

Apêndice L: Caracterização do projeto Estratégia Local de Habitação

Apêndice M: Caracterização do projeto CLAIM

Caracterização						
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas
CLAIM – Centro Local de Apoio e Integração de Migrantes	Alto Comissariado para as Migrações	-Apoiar em todo o processo de acolhimento e de integração a população migrante do concelho, promovendo em simultâneo a interculturalidade a nível local	-População migrante do concelho de Leiria	Câmara Municipal de Leiria	-Informar sobre os procedimentos de regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação e retorno voluntário; -Apoio ao nível do trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano	-Apoio no processo de integração e acolhimento; -Disponibilização de informações sobre procedimentos; -Apoio a nível de empregabilidade, saúde, educação entre outros processos

Apêndice N: Caracterização do projeto Balcão da Inclusão

Caracterização						
Projeto	Financiador	Objetivos	Destinatários	Parceiros	Ações previstas	Ações realizadas
Balcão da Inclusão	Instituto Nacional para a Reabilitação	-Prestar informação sobre direitos, benefícios e recursos existentes na área da deficiência e reabilitação	-Pessoas com deficiências ou incapacidade e respectivas famílias; -Técnicos que intervêm na área da prevenção, habilitação, reabilitação e participação comunitária das pessoas com deficiências ou incapacidade; -Instituições e serviços que desenvolvam qualquer tipo de atividade nos domínios da deficiência ou reabilitação; -Qualquer cidadão que necessite de informação nas áreas referidas.	Câmara Municipal de Leiria	Atendimento de ação social	Atendimento de ação social

Apêndice O: Caracterização do projeto Creche para Todos

Destinatários	Requisitos	Documentos necessários à candidatura	Condições de deferimento	Condições para indeferimento
Agregados familiares residentes no concelho de Leiria, que integrem crianças dos três meses aos trinta e seis meses de idade, que estejam enquadradas no 1.º, 2.º e 3.º escalão do	Consultar anexo D.	Consultar anexo E.	A Câmara Municipal de Leiria ou o Presidente da Câmara Municipal	As candidaturas serão indeferidas quando: a) Existam indícios claros em como o agregado familiar não se encontra

<p>abono de família e que não obtenham vaga na resposta social creche, da rede solidária, visando a integração destas em creches licenciadas.</p>			<p>de Leiria com competência delegada ou o Vereador com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, avaliam as candidaturas em face do processo devidamente instruído e analisado, no prazo de 15 dias a contar da receção do parecer a que se refere o artigo 16.º do presente regulamento.</p>	<p>em situação de vulnerabilidade social, independentemente do escalão de abono atribuído;</p> <p>b) À data da candidatura, os seus elementos possuam qualquer tipo de dívida para com o Município de Leiria, seus serviços municipalizados (SMAS) ou entidades por ele participadas;</p> <p>c) Sejam omissas ou prestadas falsas declarações, relativamente a questões relevantes para a correta avaliação da candidatura, podendo esta informação ser obtida através de outras entidades;</p> <p>d) Por inexistência de dotação orçamental ou fundos disponíveis para o efeito.</p>
---	--	--	---	---

Apêndice P: Caracterização do Programa de Participação ao Arrendamento do Município de Leiria

Destinatários	Requisitos	Documentos necessários à candidatura	Condições de deferimento	Condições para indeferimento
---------------	------------	--------------------------------------	--------------------------	------------------------------

<p>Municípios e agregados familiares com residência permanente no concelho de Leiria, há três anos ou mais, com idade igual ou superior a 18 anos</p>	<p>Consultar anexo F.</p>	<p>Consultar anexo G.</p>	<p>A Câmara Municipal de Leiria ou o Presidente da Câmara Municipal de Leiria com competência delegada ou o Vereador com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, avaliam as candidaturas em face do processo devidamente instruído e analisado, no prazo de 10 dias a contar da receção do parecer a que se refere o artigo 16.º do presente regulamento.</p>	<p>As candidaturas serão indeferidas quando:</p> <p>a) O rendimento mensal per capita do agregado familiar beneficiário candidato ultrapasse o valor do Indexante dos Apoios Sociais, do ano civil a que respeita;</p> <p>b) À data da candidatura, os seus elementos possuam qualquer tipo de dívida para com o Município de Leiria, seus serviços municipalizados (SMAS) ou entidades por ele participadas;</p> <p>c) Sejam omitidas ou prestadas falsas declarações, relativamente a questões relevantes para a correta avaliação da candidatura, podendo esta informação ser obtida através de outras entidades;</p> <p>d) Por inexistência de dotação orçamental ou fundos disponíveis para o efeito.</p>
--	---------------------------	---------------------------	--	--

Apêndice Q: Caracterização do Programa de Comparticipações em Medicamentos a Famílias Carentiadas do Concelho de Leiria

Destinatários	Requisitos	Documentos necessários à candidatura	Condições de deferimento	Condições para indeferimento
<p>Indivíduos ou agregados familiares que:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Residam no concelho de Leiria; -Um dos seus elementos seja portador de doença crónica; -Cujos rendimentos per capita seja igual ou inferior a 80% do Indexante dos Apoios Sociais em vigor. 	<p>O requerente obriga-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Informar o presidente da Câmara Municipal de Leiria sempre que se verifiquem alterações das condições económicas e/ou composição do seu agregado familiar; b) Informar o Presidente da Câmara Municipal de Leiria se houver lugar a mudança de residência do agregado familiar; c) Informar o Presidente da Câmara Municipal de Leiria sempre que se verifique alguma situação anómala durante a atribuição das respetivas comparticipações. 	<p>Consultar anexo H.</p>	<p>As candidaturas às comparticipações previstas no presente regulamento estão sujeitas a parecer da Divisão de Desenvolvimento Social, a proferir no prazo de 30 dias a contar da receção das mesmas no respetivo serviço.</p> <p>A Câmara Municipal de Leiria, ou, o presidente da Câmara Municipal de Leiria com competência delegada, ou, o vereador com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, avaliam as candidaturas em face do processo devidamente instruído e analisado, no prazo de 10 dias a contar da receção do parecer a que se refere o artigo 13.º do presente regulamento.</p>	<p>As candidaturas serão indeferidas quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O rendimento mensal per capita do agregado familiar beneficiário candidato ultrapasse 70% do Indexante dos Apoios Sociais, do ano civil a que respeita; b) À data da candidatura, os seus elementos possuam qualquer tipo de dívida para com o Município de Leiria, seus serviços municipalizados (SMAS) ou entidades por ele participadas; c) Sejam omitidas ou prestadas falsas declarações, relativamente a questões relevantes para a correta avaliação da candidatura, podendo esta informação ser obtida através de outras entidades; d) Por inexistência de dotação orçamental ou fundos disponíveis para o efeito.

Apêndice R: Caracterização do Programa Fundo Municipal de Emergência Social

Destinatários	Requisitos	Documentos necessários à candidatura	Condições de deferimento	Condições para indeferimento
Indivíduos e agregados familiares em contexto de situação economicamente precária ou de carência económica, para fazer face a despesas inerentes à sua subsistência	Consultar anexo I.	Consultar anexo J.	Compete à Câmara Municipal de Leiria ou ao Presidente da Câmara Municipal de Leiria com competência delegada ou ao Vereador com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, decidir sobre as candidaturas, no prazo de 10 dias a contar da receção do parecer a que se refere o artigo 12.º do presente regulamento	As candidaturas serão indeferidas quando: a) O rendimento mensal per capita do indivíduo ou agregado familiar candidato seja igual ou superior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais do ano civil a que respeita; b) À data da candidatura, os seus elementos possuam qualquer tipo de dívida para com o Município de Leiria, seus serviços municipalizados (SMAS) ou entidades por ele participadas; c) Sejam omissas ou prestadas falsas declarações, relativamente a questões relevantes para a correta avaliação da candidatura, podendo esta informação ser obtida através de outras entidades; d) O candidato/a se encontre a usufruir, ou tenha usufruído nos últimos 12 meses de apoio de outras entidades para o mesmo fim; e) Por inexistência de dotação orçamental ou fundos disponíveis para o efeito;

				f) Não seja dado cumprimento às normas previstas no presente regulamento.
--	--	--	--	---

Apêndice S: História do projeto Mediar para Incluir

História criada pela Escola Dr. Correia Mateus (1º e 3º anos)

O Diogo tem 9 anos e veio para a escola Dr. Correia Mateus estudar porque a sua mãe mudou para um trabalho melhor em Leiria. É alto (para a sua idade), magro, tem olhos castanhos, cabelo castanho e liso e tem a pele morena. Gosta muito de desporto e, por isso, é muito popular entre os amigos. Os pais do Diogo vivem bem e, desta forma, conseguem que o seu filho pratique as atividades desportivas de que gosta.

No primeiro dia de aulas os colegas receberam-no bem e com amor, o que permitiu que se sentisse integrado. Os amigos mostraram-lhe a escola, disseram-lhe quais as regras que tinha de cumprir e prometeram que o ajudavam com a matéria se ele precisasse.

Quando começou a época do Natal, o Diogo sentia-se bem e feliz naquela escola e divertia-se muito com os seus três amigos mais próximos: Gabriela (moçambicana), Jonas (brasileiro) e Naiara (etnia cigana).

Segunda-feira, um dia de chuva intenso... após a primeira aula da manhã, matemática, toca a campainha e saem em correria com os seus lanches na mão para o recreio.

Diz o Diogo: “Olha que engraçado Naiara. Hoje não lancho porque esqueci-me da lancheira em casa e ainda por cima não posso jogar à bola porque está a chover”.

Ao que o Jonas responde: “Não faz mal. Vamos fazer uma roda e eu posso repartir os meus brigadeiros que sobraram da minha festa de anos.”

A Naiara diz automaticamente: “Boa! Sendo assim, eu também tenho arroz-doce para vocês provarem pois é um doce tradicional cigano já que vamos comer um brigadeiro brasileiro.”

Entretanto, a Gabriela que estava um pouco mais calada exclamou: “Que bom provar coisas novas. Também tenho cachupa... os meus pais comem muito este prato principalmente ao pequeno-almoço, quero que vocês provem e digam se gostam.”

Após terem partilhado o lanche entre eles, o Diogo promete algo: “Eu vou fazer anos o mês que vem e vou-vos levar a minha casa para provarem o prato tradicional da minha terra, Porto... francesinhas!”

A Naiara ao ouvir este convite entusiasma-se e promete: “Eu farei uma dança hip-hop flamenca e também gostava que a Gabriela nos ensinasse uma dança moçambicana”.

O Jonas responde de seguida: “Ok! Vou-vos ensinar a dançar capoeira.”

O Diogo, com um sorriso de orelha a orelha, exclama: “Por mim, fazia anos já amanhã! Acho que vai ser muito divertido! Agora podíamos ir brincar com o resto da turma antes da ficha de avaliação pois estou nervoso.”

“Trin trin”- Toca a campainha. Grita a continua: “Meninos, em fila e por ordem.” Começam a juntar-se e fazem fila indiana para entrarem.

Chegando à sala espera-os uma surpresa. A professora pede que se juntem de quatro em quatro pois não há ficha, mas sim uma aula de expressão plástica para que criem um brinquedo à sua escolha.

Gritam eles de alegria: “Faremos um carro e uma boneca!” e a professora, como é Natal, dá a ideia de fazer algo alusivo ao Natal como por exemplo um fantoche pai natal, boneco de neve, etc.

Os quatro amigos: Naiara, Gabriela, Diogo e Jonas formam um grupo de quatro ficando a Gabriela com o Jonas e a Naiara com o Diogo em grupos de dois para que seja mais fácil de se organizarem aconselhados pela professora.

Desta forma, a Naiara e o Diogo começaram a criar uma forte ligação. A Naiara revela ao Diogo o seguinte: “Sabes Diogo, estão a chegar as férias do Natal e no dia 1 de janeiro eu vou com os meus pais, os meus irmãos e os meus tios à Serra da Estrela e aí sim, vou fazer um boneco de neve verdadeiro!”

Ao que o Diogo responde: “Também gostava de conhecer essa Serra e ter o prazer de mexer na neve que além de ser fria deve ser engraçado vê-la derreter e escorregar no trenó!”

E levaram dias a contarem todos as horas e minutos para que pudessem ter as suas férias e realizarem, finalmente, todos os seus desejos.

Chegado o tão esperado dia foi uma emoção e alegria quando se despediram exclamando uns para os outros: “Um bom Natal, até para o ano e divirtam-se!”

Viva a amizade!

Fim do documento ■

Apêndice T:

Figura 1: Apresentação do projeto Mediar para Incluir no Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus



Apêndice U:

Figura 4 e 5: Organização dos espaços do DIDSS





Apêndice V: Planificação da atividade

Peddy-Paper Projeto “Viver Melhor”

Dia 23 de junho de 2023

Concentração: Associação Moradores BSC as 9h30

Início Peddy-Paper: 10h00

Fim do

Peddy-Paper: 11h30

Percurso à distância: 2,5 Km

Tempo do Peddy-Paper: Aproximado 90 minutos

Tempo Rota / Percurso sem paragens: 35 minutos + 60 minutos para as paragens nos postos (+ ou - 10 min cada paragem)

Tema: Tradições no Distrito de Leiria (concelhos limítrofes)

Rota: Mata dos Marrazes (6 Postos)

Equipas: Máximo 5 equipas (conforme participantes) (cada equipa tem de ter um capitão)

Início- Marrazes– Assoc. Moradores do BSC

- **Fátima (posto 1):** A que concelho pertence Fátima? (Leiria / Ourém)
- **Batalha (posto 2):** Jogo das Setas (2 pontos)
- **Alcobaça (posto 3):** Que ingrediente é mais usado nos doces conventuais de Alcobaça? (Aguardente / Ovos/ Amêndoas)
- **Nazaré (posto 4):** Jogo – Acerta e Ganha Pontos (buraco tem 5 pontos e tem 2 tentativas)
- **Marinha Grande (posto 5):** Bowling (cada garrafa derrubada é 1 ponto) (tem 2 tentativas)
- **Leiria (posto 6):** Quantas freguesias tem o concelho de Leiria (18)

Fim - Marrazes – Assoc. Moradores BSC (resposta á pergunta do nº de habitantes da UF - Quantos habitantes existem nos Marrazes (22 528 / 30 000 / 12 345)

Apêndice X: Fotografias da atividade “Peddy paper”

Figura 8 e 9: Peddy Paper com o projeto Viver Melhor²¹



^{21 21} Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

Apêndice Z: Fotografias da atividade “Caminhar sem Limites-já pensaste nisso?”

Fotografia 10: “Caminhar sem Limites-já pensaste nisso?”²²



^{22 22} Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes.

Apêndice A e B: Fotografias do Projeto LiSa²³

Fotografias 11 e 12: Projeto LiSa



➔ @lisa_leiria



²³ Todas as fotografias são consentidas pelos intervenientes